

TEMPESTADE PERFEITA

O Brasil assiste à crise política ganhar mais corpo. Além dos escândalos de corrupção, das provas de prevaricação e da responsabilidade pelas mortes de mais de 530 mil brasileiros, vem a público o envolvimento do presidente em outros crimes



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 12 de Julho de 2021 Nº 18

NESTA EDIÇÃO

Entrevista com Chico Diaz: "Eles são maus"

A crise de energia é grave, alerta Tolmasquim

O Golpe de 2016 foi contra as mulheres

30 anos sem a voz e a poesia de Gonzaguinha

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

em defesa da vida
e da democracia

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cristóvão

Associação
Miguel
Lemos

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INSTITUTO
Cruz

LAURO CAIXES E
MARTELLE FRANCO

FLA-AP

ASTROJULDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



**FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

Divulgação

TODOS OS CRIMES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ENTREVISTA. Chico Diaz
alerta que país corre riscos e
derrotar o fascismo será duro
Página 4

CRISE. O Brasil vê surgirem
evidências de que Bolsonaro
cometeu outros crimes
Página 12

PESQUISAS. Lula dispara na
preferência para as eleições
presidenciais de 2022
Página 20

TIO SAM. Paulo Pimenta diz
que visita do chefe da CIA a
Bolsonaro não é boa coisa
Página 22

ENERGIA. O Brasil terá de
novo apagões elétricos, alerta
Maurício Tolmasquim
Página 32

GOLPE. Caem a zero as
verbas do Orçamento para
proteção das mulheres
Página 38

CUBA. Deputado denuncia o
imoral bloqueio dos Estados
Unidos contra a Ilha Rebelde
Página 50

MÚSICA. Cantalice lembra
o imortal Astor Piazzolla e o
centenário de celebrações
Página 55

EDITORIAL

DEMOCRACIA AMEAÇADA

Aloizio Mercadante



O Brasil está diante do maior desafio pós-redemocratização. A democracia e suas instituições estão sendo atacadas e ameaçadas cotidianamente. O grande agente desestabilizador do nosso tecido social e estabilidade institucional é o próprio presidente. A escalada golpista exige uma reação imediata de todos aqueles comprometidos com o Estado Democrático de Direito.

A opção política de apostar na teoria da imunidade de rebanho e de boicotar as medidas de distanciamento social, o uso de máscaras e a compra de vacinas, que levaram o Brasil a ter 25% das mortes por Covid-19 no mundo, somada à volta da miséria, da fome, do desemprego, do desalento e da inflação, levaram ao derretimento da base social de Bolsonaro.

A última pesquisa DataFolha revelou que 51% dos brasileiros consideram o governo Bolsonaro ruim ou péssimo. A maioria dos entrevistados acham o presidente desonesto, falso, incompetente, despreparado, indeciso, autoritário e pouco inteligente. Uma imagem política devastadora.

Ao aumento da rejeição de Bolsonaro somam-se as graves denúncias de corrupção reveladas pela CPI da Covid no Senado. Ao que tudo indica, enquanto o ex-capitão aparentemente negligenciava a compra dos imunizantes, atacava as vacinas chinesa e russa, rejeitava dezenas de ofertas da Pfizer, adiando a vacinação em massa, foi o responsável direto pelos mais de 530 mil mortos pela pandemia em nosso país.

Um esquema de superfaturamento e cobrança de propinas na compra de outras vacinas se instalou no Ministério da Saúde. Nunca foi apenas ignorância e negacionismo. Havia, segundo as investigações da CPI, dois grandes esquemas de corrupção sistêmica no governo Bolsonaro disputando o superfaturamento na compra de vacinas.

Um deputado da própria base governista afirmou ter revelado uma negociata na compra da vacina indiana Covaxin diretamente ao presidente da República. Ele até agora não desmentiu o fato. E nenhuma medida para apuração da denúncia foi tomada. O esquema envolveria o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), notório membro do chamado Centrão.

Outra grave denúncia trazida à luz pela CPI foi a tentativa de cobrança de propinas no valor de US\$ 1 por dose de vacinas em negócios intermediados pela empresa Davati. O esquema teria participação de alguns militares, um pastor e figuras do alto escalão do governo, envolvendo coronéis e generais de alta patente. Todos exercem cargos relevantes na gestão Bolsonaro. Ao que tudo indica, o caso teria se tornado público em razão da disputa entre os dois esquemas que disputavam a corrupção na compra das vacinas.

Esse brutal desgaste e a falta de perspectivas compromete o projeto eleitoral de Bolsonaro e coloca a possibilidade de impedimento do presidente na pauta. Com o isolamento político crescente, a retomada das lutas populares nas ruas e o cerco institucional se aprofundando, o ex-capitão aumenta as ameaças para as eleições de 2022. Bolsonaro chegou a declarar: "Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições".

Do outro lado, um conhecido operador das sombras, o golpista Michel Temer, tenta uma manobra parlamentar para a aprovação de um semipresidencialismo já em 2022. Isso depois de dois plebiscitos em que o povo rejeitou o parlamentarismo. É evidente que essa manobra se configura como mais uma tentativa de tolher um eventual mandato presidencial de Lula.

Pelo DataFolha, Lula vence Bolsonaro por 58% a 31%. Por isso, ele é a grande esperança e a força do povo, cresce nas pesquisas e na construção de um apoio político cada vez mais amplo.

Mais do que nunca é preciso coesão das forças democráticas para garantir eleições limpas do ano que vem. Precisaremos assegurar o respeito integral aos resultados das urnas. Também apurar com todo rigor, fortalecendo o trabalho da CPI, as responsabilidades na pandemia e as denúncias de corrupção que envolvem parte do Centrão e a alta hierarquia militar, que sustentam o governo Bolsonaro. A democracia não pode e não será emparedada.



“OS VENTOS ESTÃO MUDANDO, MAS SOU UM PESSIMISTA. SERÁ DURO”

“Tenho muita fé no Luiz Inácio, mas não sou otimista”, diz o ator, que se divide entre Brasil e Portugal e antevê dias duros para a reconstrução do país. “Há uma contaminação e uma corrosão do espírito brasileiro, na esperança, na fé, na alegria que era nosso motor”, lamenta. Ele avalia que 2022 será um ano violento e que precisamos estar preparados: “Eles não vão querer abrir mão do poder”

Por Olímpio Cruz Neto

Um dos mais prolíficos atores de sua geração, com mais de 40 anos de carreira – e 80 filmes no currículo – Chico Diaz tem um sorriso cativante e, embora se diga pessimista, seus olhos brilham ao falar do Brasil, dos novos projetos e das lutas que a sociedade brasileira tem pela frente para a reconstrução nacional.

“A gente teve um retrocesso que vai ser muito mais do que dez anos para refazer tudo. Vão ser 40 ou 50 anos – isso com uma política progressista e social que se mantenha numa perspectiva civilizatória. Hoje, a perspectiva que há é predatória. Interessa a muitos que isso aqui, o Brasil,

vire um fim de mundo”, lamenta.

O ator se divide entre Lisboa e Rio de Janeiro e, mesmo durante a pandemia, trabalha de forma apaixonada em seu ofício, dividindo-se em inúmeros projetos. Em junho, foi homenageado com uma mostra de alguns filmes em que atuou nas últimas décadas durante o CineOP – a Mostra de Cinema de Ouro Preto –, que exibiu “A cor do seu destino” (1986), de Jorge Durán; “Corisco e Dadá” (1996), de Rosemberg Cariry; “Os matadores” (1997), de Beto Brant; e “Amarelo Manga” (2002), de Cláudio Assis.

Recentemente, apresentou o monólogo “A lua vem da Ásia”, adaptação para o teatro do romance homônimo de Walter

Campos de Carvalho, obra surrealista, iconoclasta e de humor ácido, no Festival de Almada, em Portugal. Os filmes “O ano da morte de Ricardo Reis” – baseado no livro homônimo de José Saramago, com direção do cineasta português João Botelho – está circulando pelo mundo, assim como “Homem onça”, de Vinícius Reis.

Aos 62 anos, cheio de ideias e energia, prolífico e multitalentoso – é ator, diretor, produtor e artista plástico – Chico se mostra preocupado com os rumos do país e se diz pessimista quanto à conjuntura política. Embora diga que reconheça no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva as qualidades do chefe de Estado capaz de co-

lar os cacos do país, não se ilude quanto à dureza da disputa política que se aproxima em 2022.

“Tenho uma fé enorme no Luiz Inácio [Lula da Silva], como ser aglutinador e ser redentor. Eu sei que é um pouco complicado ver essa figura messiânica, como salvador, numa pessoa”, diz. “Mas ele é a pessoa que poderá orquestrar mudanças que serão lentas e graduais, mas que precisam ser feitas nessa devastação completa que foi feita no país”.

Fã de Dilma – “sou apaixonado e vidrado por ela –, Chico acha que há uma trama sendo urdida para não deixar que um projeto popular liderado por Lula volte ao poder. “Veja, eles planejaram, mapearam, monitoraram, usaram todas as forças, foram cínicos porque não usaram armas, e deram um golpe jurídico e parlamentar. Nós estamos diante de gente muito preparada, gente muito selvagem e muito violenta”, aponta.

“Eu acho muito difícil eles, como gostam de poder e gostam de exclusão, abrirem mão. Então, acho que 2022 vai ser um ano muito violento. Em todos os sentidos. Espero que não. Não falo apenas a violência física, mas a violência de métodos, a violência das mentiras...” A seguir, os principais trechos da entrevista concedida à **Focus Brasil**.

Focus Brasil – Durante a pandemia, você parece que intensificou o teu trabalho artístico, com mil projetos. Como você conseguiu fazer isso em meio a essa crise?

Chico Diaz – São essas coisas que não sei explicar. São ventos inexplicáveis que me levam. E um pouco de coragem, de risco, mas também muitas bençãos convergindo. Eu me lembro que, no começo da pandemia, no ano passado, eu estava confinado no Rio de Janeiro e eu consegui uma

residência em Portugal. E eu fiz “O ano da morte de Ricardo Reis” – lançado em outubro [de 2020]. Aí depois eu fiz “A lua vem da Ásia”, um monólogo e resolvi fazê-lo em Cabo Verde, no meio do Atlântico, num festival de teatro que tem lá do filho do João Branco, que se chama também João Branco, um famoso trovador português. E pensei: isso vai ser um grito utópico libertário. Afinal, fazer esse trabalho do Campos de Carvalho em pleno Oceano Atlântico, na convergência lusófona... E neste

NA MINHA VIDA, MEUS PERSONAGENS TODOS SE CALCARAM NA PREOCUPAÇÃO DE REPRESENTAR OS MEUS SEMELHANTES

ano eu voltei para o Brasil por uma questão de saúde na família. Mas aí também veio o Festival de Almada (Portugal). E também fiz filmes, como “O Homem Onça”.

– Todo este teu trabalho recente tem a ver com o momento que a gente está vivendo. Isso é consciente? Essa busca em fazer da arte um momento de reflexão sobre a existência, a vida e a realidade política?

– Eu não saberia dizer se é in-

tencional. Na minha vida, meus personagens todos se calcaram na preocupação de representar os meus semelhantes, nas diversas instâncias geográficas desse Brasil que é enorme. Na inauguração da homenagem que recebi no CineOP [Mostra de Cinema de Ouro Preto], falávamos sobre a trajetória, sempre inserida numa questão histórica e como é que aquele personagem reage, interpreta e como é que se vivencia. Para mim é um super-prazer e um privilégio estar atento nas diversas personagens que fiz. Então, tem uma convergência. E a homenagem à minha carreira de quatro décadas me deixa feliz. Ainda mais que, na mesma semana, o presidente Lula fez uma citação ao “Homem Onça”. E Almada... Tudo na mesma semana.

– É o reconhecimento.

– Foi um fluxo muito favorável, mas também coloca numa visibilidade que, às vezes, é um pouco perigosa e nem eu sei lidar muito com isso. Essa questão de projeção, de visibilidade, de exposição internacional e mais o presidente... Isso cria uma certa celeuma muito perigosa e eu espero que isso decante e as coisas voltem para o lugar. Mas isso que você apontou, eu acho que o perfil do intérprete e, consequentemente, das oportunidades, desde sempre – com essa minha cara, né? – Eu viro nordestino, sou filho de paraguaio, nascido no México, vivi na Costa Rica, morei no Peru, chego na Zona Sul do Rio de Janeiro, perplexo, assombrado, assustado – para dar algum significado, né?... O que a gente está fazendo nessa vida? E aos 14 anos comecei a encostar no teatro. Fiz arquitetura, mas sempre fazendo teatro amador. Depois fiz um primeiro filme e aí o cinema me pegou e foi me levando sempre com personagens muito marcados pela fibra do homem brasileiro, na resistên-

cia, na sobrevivência, na busca do entendimento de sua vida... Eu me orgulho muito de ser a chave para a leitura dessas paisagens humanas. Para mim foi um privilégio, quando falaram no CineOP de quatro décadas, eu falei para mim: "Caceta... Quarenta anos!"

– Como foi interpretar um heterônimo do Fernando Pessoa, a partir de um livro do [José] Saramago, num filme português?

– Para mim foi um prêmio. Uma elevação de conhecimento, não só transcontinental, mas também da substância com que eu trabalho. Geralmente, eu trabalhava com homem brasileiro, na sua rudeza, na sua perplexidade, no seu dia a dia... E, de repente, fui elevado para uma instância de alta voltagem poética, que junta Saramago, Fernando Pessoa e um heterônimo no ano de 1936. Primeiro, não acreditei que o convite tivesse sido feito para mim. Por que eu? Depois, eu soube que foi o único heterônimo que o Fernando Pessoa não deu morte. Ele estava em aberto. E aí o Saramago, genialmente, tira ele do Brasil. O Fernando Pessoa tinha mandado o Ricardo Reis ao Brasil. E então Saramago traz ele de volta. Navegar em fortes fluxos literários portugueses. A raiz do nosso Brasil. Para mim, foi um presente de primeira monta poder viver o Ricardo Reis. Nem ele mais vivia, porque é um heterônimo, um ser perplexo que chega de volta a Portugal, vagando como um heterônimo e ganhando carnalidade e materialidade posto que o Pessoa também já tinha morrido. Ou seja, o cara que o inventou não existia e ele próprio não existia. Isso no ano de 1936, quando os totalitarismos começam a se consolidar. Então, aí o gênio é o Saramago. Ele era encrocado – isso a Pilar [del Rio, viúva do escritor português, Prêmio Nobel de Literatura] me contou – com um verso que o Ricardo Reis:

"Sábio é aquele que se contenta com o espetáculo com o mundo". E Saramago – socialista, materialista, de esquerda – disse: "Isso está errado. Pode ser um escritor consagrado, mas essa questão de se satisfazer com o espetáculo do mundo, não me convence". Então, ele traz o Ricardo Reis, o confronto com o ano de 1936, e obriga este poeta clássico a se tornar um poeta com versos mais de atuação, mais de reflexão, mais de intermediação e mais de leitura de um mundo conflagrado que era o de

FAZER RICARDO REIS FOI UM DESAFIO. O PRÉ-SAL DOS PORTUGUESES É A LÍNGUA. E VEM UM BRASILEIRO VIVER O NOSSO RICARDO REIS?

36. Essa equação toda, para um ator, em outras áreas, para mim foi um prêmio, um desafio. E também viver sob a batuta de João Botelho, que é um diretor irrequieto, 72 anos, é um louco, que está nas boates todas as madrugadas, um cara muito vivo para idade dele, mas a quem não interessa nenhum pouco a psicologia dos personagens. Ele só trabalha com rigor de quadro. Luz, ângulo e enquadramento. A forma como você dá o texto, ele não tá nem aí para isso, entendeu? Foi uma escola

fantástica. Eu tenho super-orgulho do filme. Ficou uma pérola. Eu fiquei até com medo da reação dos atores portugueses.

– Um brasileiro fazendo esse personagem...

– O pré-sal deles é a língua, né? A grande fortuna é a língua portuguesa. E vem um ator brasileiro, carioca, mexicano... Viver o nosso Ricardo Reis? Podia ser visto como um acinte. Mas eu me saí bem.

– Tem um filme seu que é muito marcante para a geração de quem viveu em Brasília nos anos 80 que é "O sonho não acabou", de Sérgio Rezende. É um dos primeiros filmes que retratam a juventude brasiliense ainda na ditadura. E, na minha opinião, a trilha sonora perfeita desse filme seriam os primeiros discos da Legião Urbana e da Plebe Rude, que são duas bandas de Brasília. Qual a tua lembrança desse período na capital federal?

– A minha maior lembrança é o céu de Brasília. Aquele céu vertical de Brasília. Foi o meu primeiro filme como protagonista. O filme foi rodado em Brasília em 1981 e lançado em 1982. Direção do Sérgio Rezende, com produção da Mariza Leão, Edgard Moura fez a fotografia. Foi a primeira ficção de todos eles. E marcou a minha estreia – o nome do meu personagem é Biela – e de vários atores: Lauro Corona, Miguel Falabella, Lucélia Santos. Tinha também Louise Cardoso e Daniel Dantas. Aquele personagem me deu o primeiro convívio sério de um set cinematográfico. Essa coisa de, todos os dias, abrir os caminhõezinhos, tirar todos os equipamentos, montar uma cena, iluminar, ensaiar... E almoçar juntos, depois recolher tudo e, no outro dia, fazer tudo de novo... Isso me fascinou profundamente. E o personagem, o Biela, era muito próximo da minha natureza e de uma certa natureza professada ideologicamente pelo

meu pai, que era um educador e comunicador [Juan Díaz Bordenave, um dos fundadores do pensamento educacional], e pela família toda. Era muito representativa aquela câmera no povo, aqui, debaixo, muito honesta, muito íntegra. Era um personagem que quis fazer com muito estudo e muita justeza. Ali se abriu para mim o abismo cinematográfico. Quando o filme foi para Gramado [Festival de Cinema de Gramado, no Rio Grande do Sul], eu recebi uma acolhida muito interessante, fui indicado para o prêmio [Kikito] e aquilo descortinou um mundo para mim. Comecei a receber grana, comecei a receber convites, comecei a viajar, comecei a morar sozinho... Aí, pensei: a arquitetura não vai me dar isso tão cedo (sorridendo). Eu continuei estudando, me formei, gosto de desenhar e pintar até hoje, mas posso dizer que, realmente, com "O sonho não acabou", de fato, para mim começou ali. E o sonho na questão cinematográfica para mim não acabou mesmo (risos)... Vingou, valorizou e eu aprendi muito, muito, muito com os personagens, a saber quem é o povo brasileiro, a me alimentar deles e a retratá-los. O grande agraciado fui eu de percorrer paisagens e situações humanas desse Brasil...

– Você morou em Brasília naquele período, né?

– Eu fiquei dois meses e meio morando no Hotel Aracoara, com a motoca do personagem, o Biela, que tinha uma boca de tubarão... Tinha um grupo da cidade maravilhoso, não sei se você lembra, chamado Mel da Terra. Os caras eram uma coisa impressionante. Éramos todos jovens, saíamos... Tinha a Claudinha Otero, atriz de Brasília... Tinha o Aloizio Batata [Ator paraense que fez a carreira na capital federal, morto em 1984], um cara genial. Tinha também o Guilherme Reis... Brasília para

mim foi o berço e a fonte da minha carreira. E, curiosamente, conheci a minha primeira mulher, a Cecília Santana, e tive meu primeiro filho, Antonio, em Brasília. Então tenho uma ligação com a cidade. Fora os festivais todos, né?

– Sei que você fez o papel do Marechal Rondon em uma produção que vai passar agora no Brasil, né? ["O Hóspede Americano", uma das novas séries da HBO].

– Eu sempre disse – há muitos anos –, quando me perguntavam,

EU SEMPRE QUIS FAZER O RONDON. SEMPRE FUI AFICIONADO POR ESSA FIGURA DE ASCENDÊNCIA INDÍGENA, COMO EU, UM FILHO DE PARAGUAIO...

em outros festivais, em outras entrevistas: "Qual o personagem que você gostaria de viver?" Isso há 20 anos. E eu cravava: o Marechal Rondon. Tem gente que fala: quero viver Ricardo III... Eu sempre quis fazer o Rondon. Sempre fui aficcionado por essa figura de ascendência indígena, como eu, filho de paraguaio... E o envolvimento direto dele com a expansão das fronteiras do país. A questão pacifista, a questão da criação do SPI [Serviço de Proteção aos Índios, hoje Funai] o amor dele

pelos povos originários – "morrer se preciso for; matar, nunca. Há ali um humanismo, positivista que ele era, que sempre me fascinou. Acho que o Rondon ainda não teve um filme à altura da vida dele.

– Isso é verdade.

– O Barretão [produtor de cinema Luiz Carlos Barreto] chegou a captar para fazer um drama sobre ele, mas, com recursos escassos, ficou aquém. Depois, o Pizini [Joel Pizzini, diretor do filme "O Rio da Dúvida"] fez um docdrama também sobre o capítulo do Rio da Dúvida [expedição do ex-presidente americano Theodore Roosevelt à Amazônia, em 1913 e 1914, em parceria com o marechal Cândido Rondon]. Mas nenhum desses filmes, acredito, estão à altura desse cara. Rondon, além de tudo, também era um cineasta, fazia filmes... Esse meu trabalho encarnando o Rondon está numa produção chamada "The American Guest" ["O Hóspede Americano", uma série da HBO que será exibida pela HBOMax. Chico faz o papel de Rondon e o ator Aidan Quinn, de Roosevelt], com direção de Bruno Barreto. É um filme, uma série, com um ponto de vista americano. Se passa em 1914, quando Roosevelt, tendo perdido uma eleição nos Estados Unidos, depois de ter feito um governo muito interessante e polêmico, vem para o Brasil – Eu acho, na minha leitura, seria mais um golpe publicitário, porque aquela era a época das grandes explorações e ele já havia feito, anos antes, uma viagem à África. E isso rendeu a ele muita visibilidade e prestígio como desbravador, aventureiro, um homem valente e corajoso... – Então, Roosevelt vem para cá e o governo brasileiro delega ao Rondon ser o anfitrião. Para mim, essa imagem do homem mais poderoso do

mundo, nas mãos de um caboclo intuitivo, com toda aquela cosmogonia indígena em busca do Rio da Dúvida – um nome lindo e poético – era muito interessante. São cinco episódios que vão ser exibidos na HBO Max.

– **Que incrível. A vida do Rondon não é valorizada aqui. Ainda mais agora. Imagina, um militar que respeita índio... Veja que há uma série de medidas legais em tramitação no Congresso que, entre muitos absurdos, tira da Funai a condução dos processos de demarcação de terras indígenas. Isso está acontecendo num Congresso que não dá importância à preservação dos direitos indígenas, onde as bancadas ruralista e evangélica estão à frente de mudanças na legislação muito perigosas.**

– Que tristeza.

– **Ao mesmo tempo, eu tava vendo o outro filme teu – “O ano da morte de Ricardo Reis” – também tem a ver com o momento que vivemos ao recuperar a ascensão do Salazarismo em Portugal, em meados dos anos 30, e de Hitler, na Alemanha, naquele período em que a Europa passaria por grandes dificuldades frente ao fascismo. O “Homem Onça” também tem a ver com a conjuntura atual [funcionário de uma grande empresa de gás, que se vê obrigado a fazer grandes demissões]. Você disse que as escolhas não são intencionais, mas esses filmes são chaves para a plateia refletir sobre a realidade. Como você experimenta ter um trabalho tão colado na realidade?**

– Eu me sinto agraciado e privilegiado em ser a chave para o intérprete permitir que as pessoas possam se ver. Quer dizer, para que nós vejamos-nos. Tem a conotação da reflexão feita pela cabeça, mas a reflexão também que nos permite como Nação ver a re-

alidade, a nossa realidade. Mas a questão primeira é: quem escolhe quem? O personagem me escolhe ou eu escolho o personagem? Há aí uma ambiguidade, uma via de duas mãos, que talvez os diretores e as produções vejam em mim um instrumento plausível de uma leitura correta ou talvez também a minha curiosidade e minha disponibilidade, já ao longo de 40 anos, seja um pouco viver esse assombro, essa perplexidade do homem brasileiro perante essas situações que lhe são impostas,

**TÍNHAMOS OS
BRICS E ELES
QUISERAM
QUEBRAR O GRUPO.
ENTÃO, FIZERAM
TUDO MUITO BEM
DESENHADO
E MUITO BEM
PLANEJADO**

impingidas. Ou seja, o pai de família que precisa educar, criar e alimentar filho, como? O emigrante que tem que fugir do Nordeste, desde sempre, desde o ciclo da borracha... Esse brasileiro que esta aí: caramba, como assim? Eu teria direito a coisas que poderiam ser mais fáceis para mim. Eu, o excluído. Os camponeses... Aqueles que viram capatazes. Aqueles que ficam cruéis para se manterem na pirâmide imperial e colonizadora que desde sempre este país foi – e é... Aquele corpo, esse corpo ali, é o meu. E eu acho isso bom. É bom

poder viver as dores e as alegrias desses personagens. Agora, não saberia responder se é um cardápio que eu tenha na minha frente e possa escolher: isso, sim, e isso, não. É uma forma desesperada de dar significado não só à minha vida, mas também à vida dos personagens.

– **O país atravessa uma das quadras mais terríveis dos últimos 100 anos. Qual a sua visão dessa crise? Não há precedentes anteriores.**

– Não tem comparação. Eles são muito fortes. Eles estão muito bem armados. Têm uma tecnologia avançadíssima e eles são maus. O deus ali é o dinheiro. É uma conjunção terrível. O que se sucedeu, desde a derrota do Aécio [Neves, candidato do PSDB à Presidência da República], em 2014, está claro, eles tinham planejado uma vitória ali e tinham certeza que ganhariam [as eleições]. E não ganharam. Tudo foi se deteriorando desde então. O Golpe de 2016 é o clímax disso. A invenção daquelas pedaladas, para tirar uma mulher como a Dilma, que eu admiro muito – muito, muito, muito... Muito até hoje. Sou completamente vidrado e apaixonado por ela. Veja, eles planejaram, mapearam, monitoraram, usaram todas as forças, foram cínicos porque não usaram armas e deram um golpe jurídico e parlamentar. Nós estamos diante de gente muito preparada, gente muito selvagem e muito violenta. E eu acho que nesse escassear de fontes de renda, das commodities, da água, da terra, o Brasil é um celeirão. E um celeirão de gente barata. Tínhamos os BRICS [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], eles quiseram quebrar o grupo. Então, fizeram tudo muito bem desenhado e muito bem planejado. Agora, chegar

ao ponto que chegamos, com este celerado, este louco, este Nero, ninguém contava... Essa direita mais violenta. A gente está agora neste momento catastrófico mesmo – apesar de alguns sinais de que os ventos estão mudando. Mas eu acho muito difícil eles, como gostam de poder e gostam de exclusão, eles abrirem mão. Então, acho que 2022 vai ser um ano muito violento. Em todos os sentidos. Espero que não. Não falo apenas a violência física, mas a violência de métodos, a violência das mentiras... Veja que as fake news vieram sedimentando o caminho deles em 2018 e eles vão usar das armas mais profundas e mais avançadas para se manterem ali no poder. Não dão chance à inclusão social. As pessoas têm pavor da inclusão social. O brasileiro médio tem pavor que o pobre se aproxime. Eles que algum dia acham que serão ricos. A classe média brasileira acha que algum dia será rica e vai ascender. Mal sabe o abismo que a separa de uma riqueza real. As engrenagem aí pela frente, as vindouras... Eu tenho uma fé enorme no Luiz Inácio [Lula da Silva], como ser aglutinador e ser redentor. Eu sei que é um pouco complicado ver essa figura messiânica, como salvador, numa pessoa. É esquisito isso no mundo. E mais numa estrutura como a nossa. Mas é... Pelo visto e por comparação, ele é a pessoa que poderá orquestrar mudanças que serão lentas e graduais, mas mudanças que precisam ser feitas nessa devastação completa que foi feita no país.

– **Viramos uma terra arrasada.**

– O [Sérgio] Moro tem que ser preso. [Ricardo] Salles tem que ser preso. [Abraham] Weintraub tem que ser preso. Esses caras todos precisam ser presos. A gente

tem que mostrar. Não dá para o cara fazer e ir para Washington... E tudo bem. Infelizmente, os pequenos guardinhas, os miúdos, os soldadinhos da esquina estão se arvorando... E nem esses a gente consegue prender. Precisa haver uma linha civilizatória da lei. E chegar nos graúdos vai ser muito difícil. É uma situação difícil. Eu mesmo encontrei uma perspectiva de fuga para Portugal. Eu vou [ao Brasil] e volto. A palavra é resistência. Embora até as palavras tenham perdido seu significado

**O MORO TEM QUE
SER PRESO. SALLES
TEM QUE SER
PRESO. WEINTRAUB
TEM QUE SER
PRESO. ESSES
CARAS TODOS
PRECISAM SER
PRESOS**

e eles conseguiram subverter até algumas. Então, eu não estou otimista. Continuo resiliente. Mas não sou otimista. Há uma contaminação e uma corrosão do espírito brasileiro, na esperança, na fé, na alegria que era nosso motor. A própria cultura, que é onde a gente alimenta essa criatividade, essa alegria, essa alegoria, esse nosso imaginário, que é nossa fortuna, essa também está minada. Veja, a Ancine parada. Linhas de crédito paradas. O ânimo das pessoas...

– **Mas há esperança.**

– Eu também acredito em conjuntura e certos encantamentos possíveis.

– **O país vive um espasmo, mas a conjuntura está mudando. Correspondentes estrangeiros sempre se surpreendem com essa distopia tropical que o Brasil se tornou e, às vezes, com quem converso, eles se espantam com o grau de letargia...**

– Mas isso é proposital. Isso é planejado. Veja o cara da Fundação [Cultural] Palmares. Esse cara da Cultura, o Mário... Frias. Um cara medíocre, sempre foi. Eles colocam as piores cabeças porque o controle é muito mais eficaz.

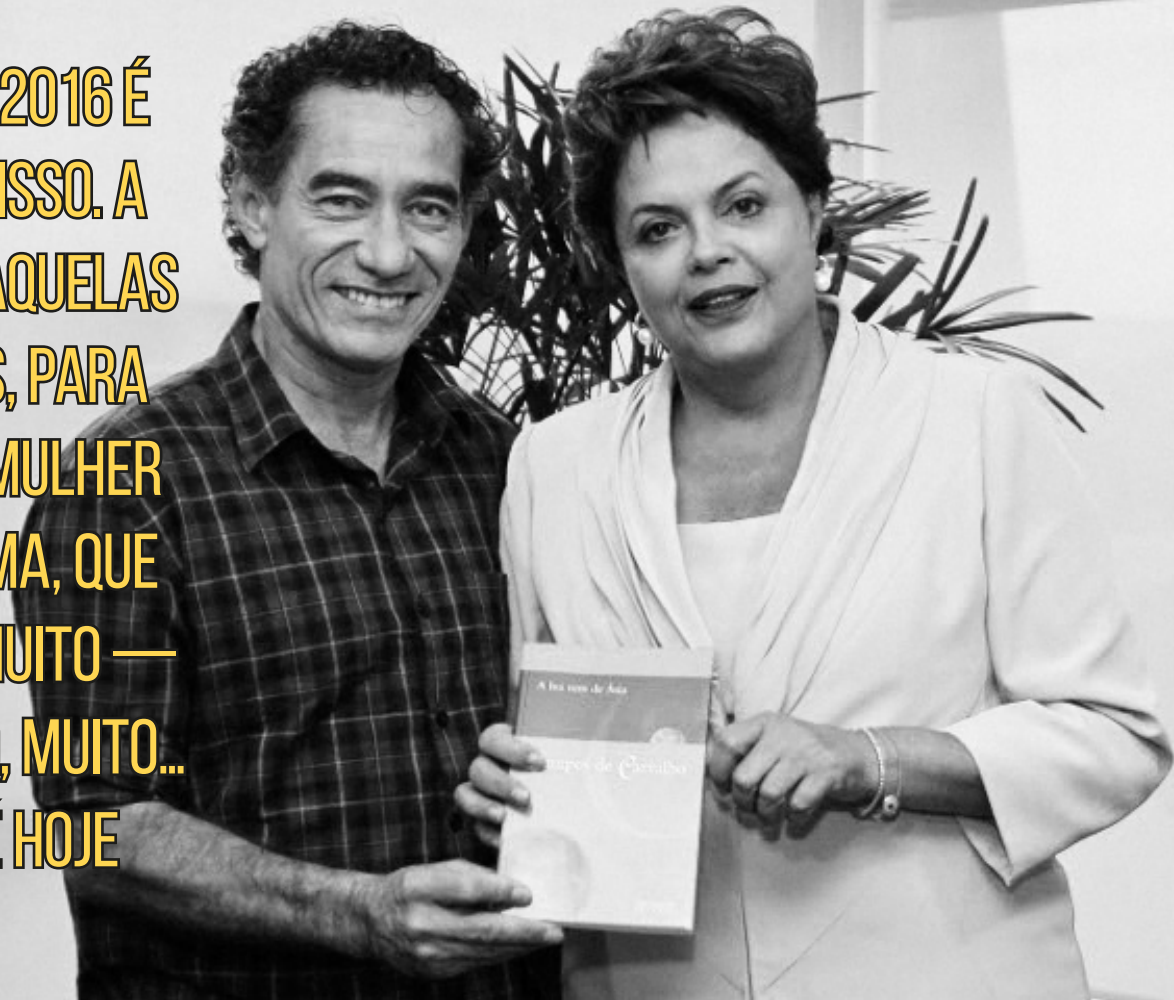
– **Imagine quantos anos serão necessários para tirar essas figuras do aparelho do Estado, esses parasitas que estão a serviço do bolsonarismo... Veja, são 6 mil militares ocupando cargos de confiança na administração pública federal que deveriam estar preenchidos por civis.**

– É um absurdo. A própria política e a representação social está corrompida há muitos anos. Há uma representatividade financeira, nos poderes não uma representatividade social na atividade política. Para que a política volte a valer à pena de novo, tem que haver uma aproximação dos grupos e dos movimentos sociais e das bases. E será difícil. Como fazer isso se os evangélicos ocuparam um espaço ali? Como se as milícias ocuparam espaço? Como ter uma leitura fiel do desejo do povo? E o povo ter uma leitura fiel dos políticos para cerrar forças? E que isso vingue como argumento no Congresso? Agora, compra-se a maioria. O Centrão está aí, é uma mostra disso. Fazem as leis e se perpetuam. Eu estou pessimista. A gente teve um retrocesso que vai ser muito mais do

“

O GOLPE DE 2016 É O CLÍMAX DISSO. A INVENÇÃO DAQUELAS PEDALADAS, PARA TIRAR UMA MULHER COMO A DILMA, QUE EU ADMIRO MUITO — MUITO, MUITO, MUITO... MUITO ATÉ HOJE

”



Roberto Stuckert Filho

que dez anos para refazer tudo. Vão ser 40 ou 50 anos – isso com uma política progressista e social que se mantenha numa perspectiva civilizatória. Hoje, a perspectiva que há é predatória. Interessa a muitos que isso aqui, o Brasil, vire um fim de mundo. Será a barbárie... E, veja, a violência que habita o Rio de Janeiro hoje, é uma loucura [coloca as mãos na cabeça]...

– Você estava no Rio até semana passada, né?

– Sim. Eu estava lá. Eu vejo a estética miliciana na esquina do Jardim Botânico. Eu fico imaginando nos ermos, nos lugares mais afastados, distantes... É tudo. A sujeira, a falta de argumentação, uma violência logo, rapidamente, imposta. Eu acho tudo muito complicado. Não consigo conviver com essa questão da violência silenciosa. Você estacionar os quatro pneus do

carro na calçada... É triste. No Brasil, a força ganhou força. A razão, que era nossa arma, perdeu razão. A força não pode ter razão. Ela precisa estar abaixo da razão. Para isso que existimos. Mas a força agora é... [Silêncio] Como é que a gente vai deslegitimar a força? E justamente quando a força foi empossada com os negociinhos [faz o sinal de armas com as mãos de Bolsonaro...] A não ser que tenha uma força maior, uma clarividência maior. Eu não sei... Esses militares também... Com esse fantasma comunista, que é um negócio... Imagina, o comunismo no Brasil. Isso é pura falta de informação e conhecimento. É um fantasma que não existe. Eu acho que os militares têm de voltar a ter honra e missão.

– E isso tem tudo a ver com esse personagem que você fez na HBO [o Marechal Rondon], o neto de índios Bororos que

vira marechal do Exército brasileiro...

– É. É isso mesmo...

– O mesmo Exército que produziu Rondon foi o que gerou agora o [General Eduardo] Pazuello.

– Eles não se lembram para que foram formados? Um contingente desses às custas dos cofres públicos... Uma verdadeira casta. Será que eles não querem enobrecer de novo? O mundo ficou pequeno. As fronteiras não são mais geográficas, elas são econômicas. Ninguém pede passaporte para fazer negócios. Fazem os negócios e pronto.

– Daí que é preciso resistir.

– Então, é continuar registrando, interpretando e tentando refletir, como intérprete, como artista, como pintor. É a nossa função. É o que nos resta. •



PECULATO, PREVARICAÇÃO, NEGLIGÊNCIA, CHARLATANISMO, EPIDEMIA QUALIFICADA, USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA...

...TODOS OS CRIMES DO PRESIDENTE

Em 75 dias de funcionamento, a CPI da Covid avançou na investigação das responsabilidades das autoridades federais pelas mais de 530 mil mortes na pandemia. Já sabe que o governo foi omisso, que ministros de Estado atuaram com desdém diante do quadro dramático da crise sanitária. E que o Palácio do Planalto também foi irresponsável e criminoso, ao propagar remédios ineficazes para o tratamento da doença, e absolutamente negligente na compra de imunizantes.

O que ninguém imaginava era esbarrar também em um esquema de corrupção assombroso no Ministério da Saúde, com personagens que parecem saídos de livros de *pulp fiction*, aquele romance policial barato do gênero popular dos anos 50 do século 21. Todos são caricatos, desqualificados e irrelevantes. Mas as somas que esses suspeitos teriam manipulado são do tipo de filmes de colarinho branco de hollywood: na casa dos bilhões de reais. Só que isso não é tudo. A CPI já detectou indícios de crimes graves cometidos pelo próprio presidente Jair Bolsonaro.

Na última semana, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) fez

questão de listar o rol de tipos penais violados pelo ocupante do Palácio do Planalto. Crimes de charlatanismo, epidemia qualificada, usurpação de função pública, prevaricação, peculato... Todos sejam crime de responsabilidade, passíveis do impeachment. Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Rogério Carvalho (PT-SE), que integram a CPI, consideram que já há elementos suficientes para embasar a abertura do processo de afastamento do presidente.

Além do caso de corrupção no Ministério da Saúde, levado a conhecimento do presidente ainda em abril pelo deputado Luís Miranda (DEM-DF) e do irmão, o servidor público Luís Ricardo Miranda, também pesam contra Bolsonaro a resposta atabalhoada do governo federal diante da pandemia – que matou 1 em cada 6 vítimas fatais da pandemia em todo o planeta. Miranda trabalha no Departamento de Logística do ministério e, junto com o irmão deputado, alertou pessoalmente Bolsonaro em encontro no Palácio da Alvorada. O presidente não fez nada. Isso é crime de prevaricação. Bolsonaro se omitiu e não levou a denúncia às autoridades competentes.

Mas não é tudo. Na segunda-

-feira, 5, o site UOL trouxe a público que o UOL uma denúncia da ex-cunhada de Bolsonaro, Andrea Siqueira Valle, revela gravações que indicam que o presidente participou diretamente de um esquema de rachadinha quando era deputado federal. O nome popular do que parece ser apenas um esquema político configura crime de peculato – mau uso e desvio de dinheiro público – *leia mais à página 16*.

Diante de todos essas suspeitas, Bolsonaro manteve-se silente e não esclareceu as circunstâncias dos encontros que manteve com o deputado e o irmão. Na quinta-feira, na sua tradicional live nas redes sociais, o presidente voltou a chafurdar na escatologia proverbial que lhe é tão peculiar e não teve dúvidas a recorrer a termos chulos para dar sua resposta aos questionamentos da CPI sobre o encontro com os irmãos Miranda: “Fizeram uma festa lá embaixo para eu responder pergunta à CPI. Você sabe qual a minha resposta, pessoal? Caguei. Caguei para CPI. Não vou responder nada”.

A reação de Bolsonaro ocorreu depois que o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), deu voz de prisão na quarta-feira, 7, ao ex-diretor

de Logística da Saúde, Roberto Dias Ferreira. Ele mentiu em depoimento à CPI e não detalhou as circunstâncias para aquisição, pelo Ministério da Saúde, das vacinas Covaxin e AztraZeneca.

Os dois processos são alvo de investigação por suspeita de corrupção. Exonerado na semana anterior após o estouro dos escândalos, Dias responsabilizou o ex-secretário-executivo da Saúde, o coronel Elcio Franco, pela gestão de todos os processos. A atuação de Franco no setor de Logística levou senadores a discutirem uma possível acareação entre os dois.

A estranha coincidência de um encontro entre Dias e o vendedor de vacina Luiz Paulo Domingueti, transformado de um chope casual para negociações sobre venda de imunizantes por aparente obra do destino, intrigou os senadores. Dias confirmou o encontro com Domingueti em 25 de fevereiro, em um shopping de Brasília. Mas alegou que a conversa era com outro amigo, José Ricardo Santana. A trombada com Domingueti, a quem Dias chamou de "picareta", não teria sido combinada. Domingueti apareceu no restaurante ao lado do tenente coronel Marcelo Blanco, assessor de Dias, e disse representar a Davati Medical Suply, empresa supostamente autorizada a vender vacinas da AstraZeneca.

Em 1º de julho, em depoimento à CPI, Domingueti acusou Roberto Dias de cobrar, no encontro casual no restaurante em Brasília, uma propina de US\$ 1 para que o governo comprasse 400 milhões de doses da AstraZeneca. Um esquema de propinas no valor de R\$ 2 bilhões. Mas o negócio não prosperou. São essas pontas soltas que a CPI trabalha para apurar nos próximos dias. Marcelo Blanco depõe à CPI na quinta-feira, dia 15. •

Alessandro Dantas



ENROLADO O ex-diretor Roberto Dias recebeu voz de prisão na CPI

PRISÃO DE DIAS AZEDA O CLIMA

O escândalo de corrupção no Ministério da Saúde, revelado há três semanas pelos irmãos Miranda – o deputado Luís Miranda (DEM-DF) e Luís Ricardo Miranda, servidor federal – elevou a pressão no governo e fez os militares reagirem duramente à decisão do senador Omar Aziz (PSD-AM) a dar voz de prisão ao ex-diretor Roberto Ferreira Dias. Ele acabou solto, depois de passar fiança de R\$ 1.100, mas sua detenção desencadeou uma crise da CPI com os militares.

Pouco antes, ainda na sessão de quarta-feira, 7, Aziz disse que "os bons" das Forças Armadas devem estar envergonhados "com algumas pessoas" que estão sob suspeita. Ele declarou que fazia muito tempo que "o Brasil não via membros do lado podre das Forças Armadas envolvidos com falcatura dentro do governo". Aziz declarou nem no tempo da ditadura se acusavam os militares de corrupção. E deu nomes aos bois: "Coronel Guerra, Coronel Elcio, General Pazuello e haja envolvimento de militares..."

Ele se referia ao coronel aposentado Glaucio Octaviano Guerra, que teria trocado mensagens

com Luiz Paulo Domingueti, ao coronel Elcio Franco – ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde – e ao ex-ministro da Saúde de General Eduardo Pazuello.

A reação veio a galope. Em nota, os comandantes das Forças Armadas apontaram que Aziz "desrespeitou" os militares e "generalizou esquemas de corrupção". A nota do Alto Comando e do Ministério da Defesa afirma que a "narrativa, afastada dos fatos, atinge as Forças Armadas de forma vil e leviana".

E conclui: "As Forças Armadas não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo brasileiro". O documento é assinado pelos comandantes Almir Garnier Santos (Marinha), Paulo Sérgio de Oliveira (Exército), Carlos de Almeida Baptista Júnior (Aeronáutica) e pelo ministro Walter Braga Netto.

Aziz acusou o núcleo militar do governo de estar tentando pressionar o parlamento, e chegou a cobrar publicamente o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), a se posicionar. Mas o senador optou por colocar panos quentes. •

PT: COMANDANTES NÃO PODEM INTIMIDAR A CPI

A nota divulgada no dia 7 de julho pelos comandantes das Forças Armadas e pelo ministro da Defesa de Jair Bolsonaro é uma tentativa de intimidar as investigações do Poder Legislativo sobre as responsabilidades do governo federal diante da pandemia.

Crimes cometidos contra a população têm de ser apurados, quer tenham sido cometidos por civis ou por militares, pois todos são iguais perante a lei.

Não cabe aos comandantes nem ao ministro da Defesa atuar como se fossem um partido político, opinar sobre a atuação de representantes do Poder Legislativo, muito menos tutelar o Estado Democrático de Direito consagrado na Constituição pela vontade soberana do povo brasileiro.

Ao estimular manifestações como esta por parte dos comandantes, Bolsonaro investe cada vez mais na indisciplina, na insubordinação e na politização inconstitucional tanto das Forças Armadas quanto das Polícias Militares e outras corporações.

O Partido dos Trabalhadores defende a legitimidade do Senado para conduzir a CPI da Pandemia e conclama as instituições e as forças democráticas do país a denunciar e repudiar, com firmeza, o projeto autoritário de Bolsonaro, os ataques e as ameaças de seu governo à democracia em nosso país. •

Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores
Bancada do PT no Senado Federal

EM CANNES, ALVO DE SPIKE LEE E MENDONÇA

Em Cannes, na França, durante a abertura do 74º Festival de Cinema, o cineasta brasileiro **Kleber Mendonça Filho** denunciou o governo do presidente Jair Bolsonaro pelas mortes de meio milhão de brasileiros por Covid-19 no país. “No Brasil, atingimos a marca dos 500 mil mortos pela pandemia da Covid-19. Sabemos, através de dados técnicos, que, se o governo tivesse agido corretamente, 350 mil pessoas teriam sido salvas. Penso que uma forma de resistir é espalhar a informação, falar e discutir”, disse.

Diretor de “Bacurau” (2019), “Aquarius” (2016) e “O Som ao Redor” (2012), o cineasta pernambucano – que integra o júri do Festival de Cannes este ano

– criticou ainda o desmonte do setor cultural brasileiro. Ele comentou sobre o fechamento da Cinemateca Brasileira, que detém mais de 90 mil títulos. Mendonça disse que há clara demonstração de desprezo pela cultura e pelo cinema no país.

No início da semana, o cineasta estadunidense **Spike Lee**, presidente do júri do Festival de Cannes, chamou Bolsonaro de gângster. “O mundo é governado por gângsteres. O agente laranja [assim se refere a Donald Trump, para não citar seu nome], o cara lá do Brasil... Eles fazem o que querem, sem moral nem escrúpulos. E esse é o mundo em que vivemos. Temos que levantar a voz contra mafiosos desse tipo”, defendeu. •

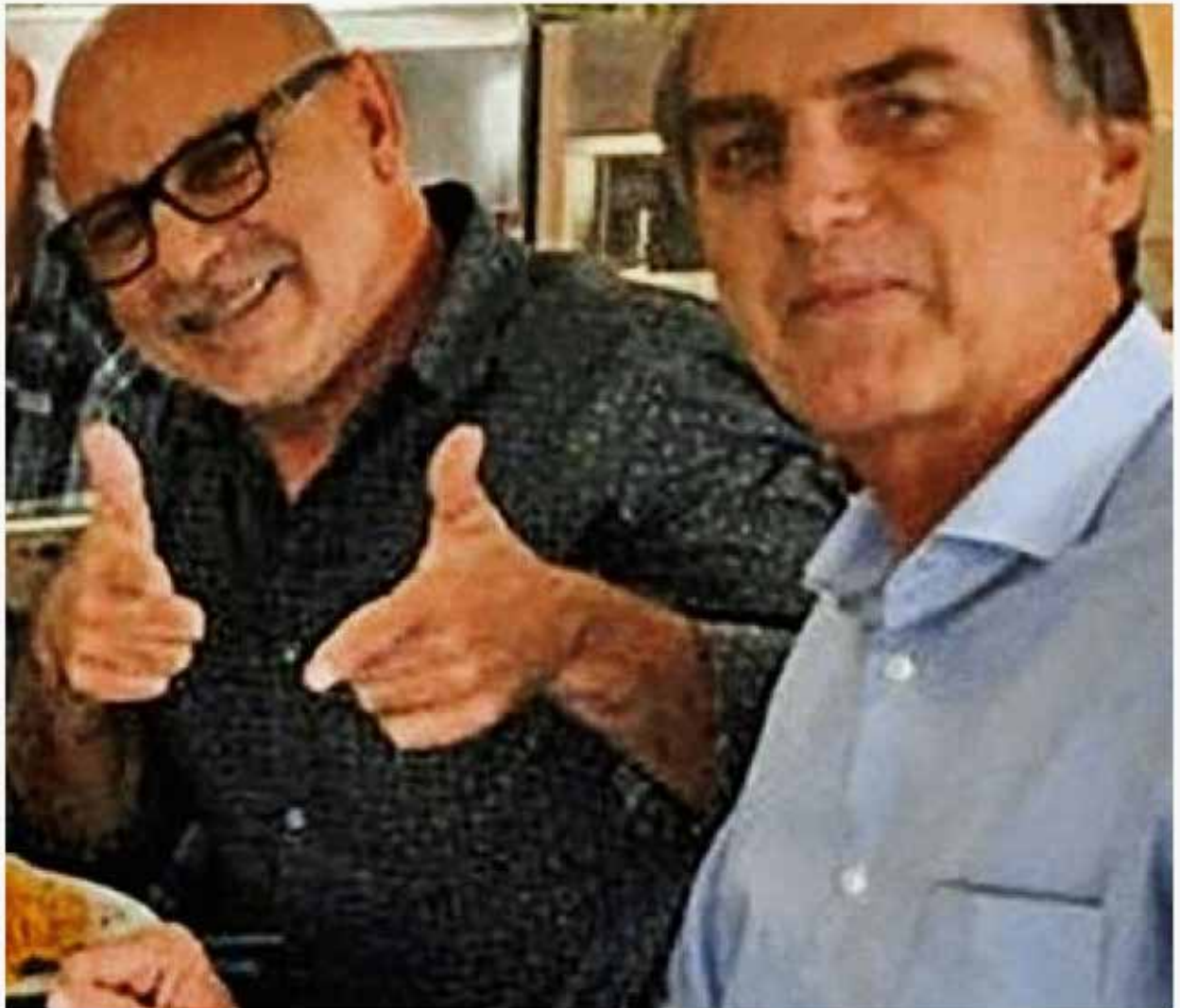
ROLOS, TRETAS... É BARROS

Em 20 de julho, a CPI da Covid vai tomar o depoimento do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Ex-ministro da Saúde no governo Temer e pivô do escândalo de corrupção na gestão atual do ministério para a compra da vacina indiana Covaxin, Barros tem muito o que explicar aos integrantes da comissão.

O deputado Luís Miranda (DEM-DF) relatou à CPI que, ao denunciar possível corrupção na aquisição da Covaxin, ouviu do presidente Jair Bolsonaro, em encontro no Palácio da Alvorada, que as suspeitas em relação à Covaxin seriam um “rolo” do deputado. Depois da insistência dos sena-

dores em saber quem era o parlamentar, Luís Miranda revelou que ouviu de Bolsonaro que o esquema de irregularidades teria como cabeça Ricardo Barros.

O líder do governo atual, que foi ministro da Saúde no governo Michel Temer, é autor de uma emenda parlamentar que facilitou a compra de imunizantes estrangeiros. Além disso, na época em que estava à frente do ministério, Barros teria contratado uma sócia da empresa responsável pelo fornecimento da Covaxin, a Global Gestão em Saúde, para a venda de remédios de alto custo ao, mas não entregou. O prejuízo estimado é de R\$ 20 milhões. •



Reprodução

CRIMES DE PECULATO: RACHADINHA E RACHADÃO

Cabe ressaltar que a este delito quase sempre se sucede o crime de lavagem de dinheiro, sendo comum que seja praticado por uma associação criminosa

Por Afrânio Silva Jardim

Na maioria da vezes, a imprensa não costuma distinguir duas situações bem diferentes, que podem ter efeitos diversos e juízo de censura moral distintos.

É preciso distinguir a situação de um parlamentar que divide os vencimentos com um efetivo assessor daquele parlamentar que se utiliza do nome de uma pessoa para se apropriar daquilo que seriam os vencimentos se esta pessoa efetivamente fosse seu assessor (“funcionário fantasma”).

Evidentemente que, na primeira hipótese, existe um certo constrangimento do assessor do parlamentar, sendo para ele difícil negar a imoral partilha de seus vencimentos... Ademais, na maioria das vezes, a própria indicação desta pessoa como assessor fica condicionada ao acordo de divisão dos seus vencimentos. Trata-se de um criminoso expediente para se apropriar do dinheiro público – rachadinha.

Entretanto, não há como se negar que a segunda situação apontada acima é muito mais grave. Nesta hipótese, há uma falsidade documental ideológica, pois a indicação do suposto assessor é apenas uma forma criminosa para se apropriar do dinheiro público, na medida em que o “funcionário fantasma” não trabalha na referida função pública.

Em outras palavras, na verdade, ele apenas cede o seu nome para possibilitar que o parlamentar fique com os seus vencimentos. Vale dizer, o parlamentar indevidamente se apropria do dinheiro público.

A toda evidência, o “funcionário fantasma” combina receber alguma compensação financeira para “ceder” o seu nome para a prática deste peculato e dele é partícipe. Se não aceitar a partilha, o “funcionário fantasma” não teria seu nome indicado à Casa Legislativa e não receberia a sua parca “remuneração”...

Vejam como o nosso Código Penal tipifica estas condutas delituosas:

NÃO PODEMOS ESQUECER DA FALSIDADE DOCUMENTAL IDEOLÓGICA, POIS O “FUNCIONÁRIO FANTASMA”, FUNCIONÁRIO NÃO É

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em pro-

veito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Consoante se verifica pelo parágrafo primeiro desta norma penal, o parlamentar, com o “rachadão”, pratica o crime de peculato, pois subtrai (se apropria) do dinheiro público, em proveito próprio, valendo-se da sua condição de parlamentar, funcionário público.

Notem que não se admite analogia em face das normas penais incriminadoras, mas é sempre possível e necessária a sua interpretação, ainda que extensiva.

De qualquer forma, a conduta supra comentada estaria tipificada no artigo 313 do Código Penal, na medida em que o artifício do parlamentar coloca a administração pública em erro.

Ela acaba depositando em conta bancária indevidos vencimentos, pois o “funcionário fantasma” é apenas um nome fraudulentamente fornecido para o parlamentar se apropriar do dinheiro público.

Vejam a redação desta outra norma penal:

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Cabe ressaltar que a este delito quase sempre se sucede o crime de lavagem de dinheiro, sendo comum que seja praticado por uma associação criminosa.

Não podemos esquecer da falsidade documental ideológica, pois o “funcionário fantasma”, funcionário não é. •

Professor associado de Direito Processual Penal da UERJ, é mestre e livre-docente em Direito Processual e procurador de Justiça aposentado.

ESCATOLÓGICO, BOLSONARO AMEAÇA IMPEDIR ELEIÇÃO

TSE e Senado reagem aos ataques do presidente e Barroso retruca, lembrando os tipos de crime de responsabilidade

A escatologia do ocupante do Palácio do Planalto parece ser o menor dos problemas que o país enfrenta, além das mais de 530 mil mortes, do silêncio inexplicável do presidente sobre as denúncias de corrupção no presidente. Depois de reagir, na sua live semanal, na quinta, 8, sobre o pedido de explicações da CPI – “Caguei! –, Bolsonaro chamou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Roberto Barroso, de “idiota” e “imbecil”. Ele voltou a pedir voto impresso e disse que o resultado das eleições presidenciais de 2022 será manipulado.

“O que está em jogo, pessoal, é o nosso futuro e a nossa vida. Não pode um homem querer decidir o futuro do nosso Brasil na fraude”, completou. “Já está certo quem vai ser presidente o ano que vem. A gente vai deixar entregar isso?”

O TSE e o Senado reagiram às ameaças do presidente de impedir as eleições, por estar em desvantagem nas pesquisas – leia à página 20 a reportagem O homem disparou. O povo quer Lula. Numa jogada combinada, Barroso e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), reforçaram o apoio ao sistema eleitoral brasileiro e criticaram as tentativas, já indicadas por Bolsonaro, de colocar a democracia em risco.

“A realização de eleições, na data prevista na Constituição, é

pressuposto do regime democrático. Qualquer atuação no sentido de impedir a sua ocorrência viola princípios constitucionais e configura crime de responsabilidade”, advertiu Barroso, em nota divulgada à imprensa. Ele destacou que, desde a implantação das urnas eletrônicas, em 1996, jamais se documentou qualquer episódio de fraude. “Nesse sistema, foram eleitos os presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. Como se constata singelamente, o sistema não só é íntegro como permitiu a alternância no poder”.

O ministro lembrou que a Corregedoria-Geral Eleitoral já oficiou Bolsonaro para que apresente as supostas provas de fraude que teriam ocorrido nas eleições de 2018, mas até agora “não houve resposta”. O prazo para o presidente se manifestar terminaria esta semana, mas foi prorrogada por conta do recesso do Judiciário.

Barroso também se posicionou sobre as declarações de Bolsonaro de que o então candidato do PSDB a Presidência em 2014, Aécio Neves, teria vencido as eleições daquele ano. “Especificamente, em relação às eleições de 2014, o PSDB, partido que disputou o segundo turno das eleições presidenciais, realizou auditoria no sistema de votação e reconheceu a legitimidade dos resultados.”

O presidente do Senado, Ro-

drigo Pacheco (DEM-MG), afirmou na sexta-feira que o Congresso não admite retrocesso em relação ao Estado Democrático de Direito e demonstrou apoio ao sistema eleitoral e ao presidente do TSE. “Tudo quanto houver de especulações de retrocesso, como a frustração das eleições, é algo com que o Congresso, além de não concordar, é algo que repudia veementemente”, alertou.

Pacheco saiu em defesa de Barroso, que voltou a ser criticado por Bolsonaro por não defender o estabelecimento do voto impresso. “Não concordo com esse método, tampouco concordo com ataques pessoais a autoridades públicas ou ao qualquer cidadão”, ressaltou. “Eu considero que a divergência de ideias deve ser discutida no campo das ideias, da tese, e não das pessoas. Portanto, eu me solidarizo com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE, e discordo de qualquer ataque pejorativo que seja feito a ele ou a qualquer brasileiro nesse tom”.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, também marcou posição contra as declarações de Bolsonaro. “Os brasileiros podem confiar nas instituições, na certeza de que, soberanamente, escolherão seus dirigentes nas eleições de 2022, com liberdade e sigilo do voto”, disse. “Não serão admitidos atos contra a democracia e o Estado de Direito, por configurar crimes comum e de responsabilidade”. •



CNBB SOBE O TOM CONTRA O PRESIDENTE

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o principal órgão colegiado da Igreja Católica no Brasil, elevou o tom contra o governo Jair Bolsonaro, em um comunicado cobrando investigações por denúncias de prevaricação e corrupção sobre negócios suspeitos para a compra de vacinas contra a Covid-19.

A carta assinada por dom Walmor Oliveira de Azevedo e a cúpula da entidade católica diz que a “trágica perda de mais de meio milhão de vidas está agravada pelas denúncias de prevaricação e corrupção no enfrentamento da pandemia”.

A CNBB resgata ainda mensagem da Assembleia Geral de 2018, realizada antes de Bolsonaro ser eleito: “Ao abdicarem da ética e da busca do bem comum, muitos agentes públicos e privados tornaram-se protagonistas de um cenário desolador, no qual a corrupção ganha destaque”.

A entidade cobra a pronta apuração das denúncias pela CPI da Covid. “Apoiamos e conclamamos às instituições da República para que, sob o olhar da sociedade civil, sem se esquivar, efetivem procedimentos em favor da apuração, irrestrita e imparcial, de todas as denúncias, com consequências para quem quer que seja, em vista de imediata correção política e social dos descompassos”.

24 DE JULHO: A PRESSÃO DAS RUAS CONTINUA TOTAL

Depois dos protestos massivos ocorridos em todas as capitais em 3 de julho, oposição convoca novos atos para pressionar a Câmara pela abertura do impeachment

Movimentos sociais e organizações de esquerda marcaram para 24 de julho, sábado, novo ato contra o governo do presidente Jair Bolsonaro, depois de levarem 800 mil pessoas às ruas no sábado passado, dia 3, em 346 cidades do Brasil e no exterior.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça-feira, 6, que não há, por ora, nenhum fato novo que tenha ligação direta com Bolsonaro e que justifique a abertura de um processo de impeachment. Cabe a Lira avaliar um dos mais de 120 pedidos de afastamento do presidente.

No mesmo dia, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em entrevista para a Rádio Salvador FM, que considera possível o impeachment caso haja pressão na Câmara. Ele lembrou que, na semana anterior, um superpedi-

do de impeachment foi apresentado.

“O impeachment já poderia ter acontecido porque já teve mais 120 pedidos de impeachment e não foi colocado nenhum em votação”, criticou. “Agora tem um grande pedido, assinado por centenas de entidades, num único processo, vamos ver se o presidente da Câmara coloca em votação”, cobrou PT e demais legendas da oposição mantém críticas à decisão de Lira de sentar em cima do

Agremiações políticas de direita – que apoiaram a eleição de Bolsonaro em 2018 – marcaram para 12 de setembro um protesto nacional pelo impeachment de Bolsonaro. A convocação tem o apoio de outros partidos de direita, como Novo e PSL. Os atos estão previstos para São Paulo, Brasília, Rio e Belo Horizonte. •

O HOMEM DISPAROU.

Ricardo Stuckert

O POVO QUER LULA

O presidente do povo voltou! Todas as pesquisas eleitorais projetam a vitória do petista nas corridas de 2022. Ele tem ampliado a vantagem sobre os adversários e é também o candidato que aparece com o menor índice de rejeição

Por Danilo Molina

A volta de Lula à vida pública, após o reconhecimento da parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro e da anulação de todas as condenações contra ele pelo Supremo Tribunal Federal, abriu novas perspectivas para vitória de um projeto progressista nas eleições presidenciais de 2022. Em todas as pesquisas, Lula aparece como a grande força capaz de derrotar o bolsonarismo, o que o consolida como maior liderança popular da história recente.

O mais recente levantamento de intenções de voto, feito pelo Datafolha na sexta-feira, 9, revela que Lula lidera as simulações com chances de vitória já no primeiro turno. E mais. Ele ganha de todos os demais adversários no segundo. Contra Bolsonaro, o petista vence por 58% a 31%.

Se de um lado Lula se agiganta, do outro, Jair Bolsonaro passa pelo pior momento como presidente. Ele detém hoje a maior rejeição entre todos os nomes testados: 59%. Nessa mesma pesquisa, 51% dos entrevistados disseram que consideram o governo Bolsonaro ruim ou pé-

simo. É o maior índice entre todos os levantamentos feitos pelo instituto desde que o ex-capitão assumiu o cargo. A maioria dos brasileiros considera Bolsonaro desonesto, falso, incompetente, despreparado, indeciso, autoritário e pouco inteligente.

Na quarta-feira, 7, a pesquisa PoderData, divulgada pelo site Poder 360, mostra Lula subindo 12 pontos percentuais. Ele chegou a 43% das intenções de voto. Já Bolsonaro caiu 4 pontos percentuais e registrou 29% das intenções de votos. Os demais candidatos testados – Ciro Gomes, João Dória e Henrique Mandetta – somaram

juntos 15% das intenções de voto.

O ex-presidente aparece também com o menor índice de rejeição entre todos os candidatos: 36%. Empatado numericamente com João Dória, Bolsonaro tem o maior índice de pessoas que afirmaram que não votariam nele de jeito nenhum: 56%.

Na pesquisa do Instituto Ipsos, divulgada na terça-feira, 6, Lula vence Bolsonaro no segundo turno por 58% a 25%. Assim como no PoderData, o atual presidente da República aparece com o recorde de rejeição. Nada menos que 59% dos pesquisados afirmaram que não votariam nele “de jeito nenhum”, enquanto Lula tem o menor índice de rejeição: 33%.

Na interpretação da pesquisa, o Ipsos analisa que é muito expressivo o desejo pelo enfrentamento da corrupção. “E nesse sentido, o voto em Lula, neste momento se alicerça no desencanto, na rendição do eleitor ao desalento com a política”, aponta o instituto. O ex-presidente é visto como o líder que se importa com os pobres.

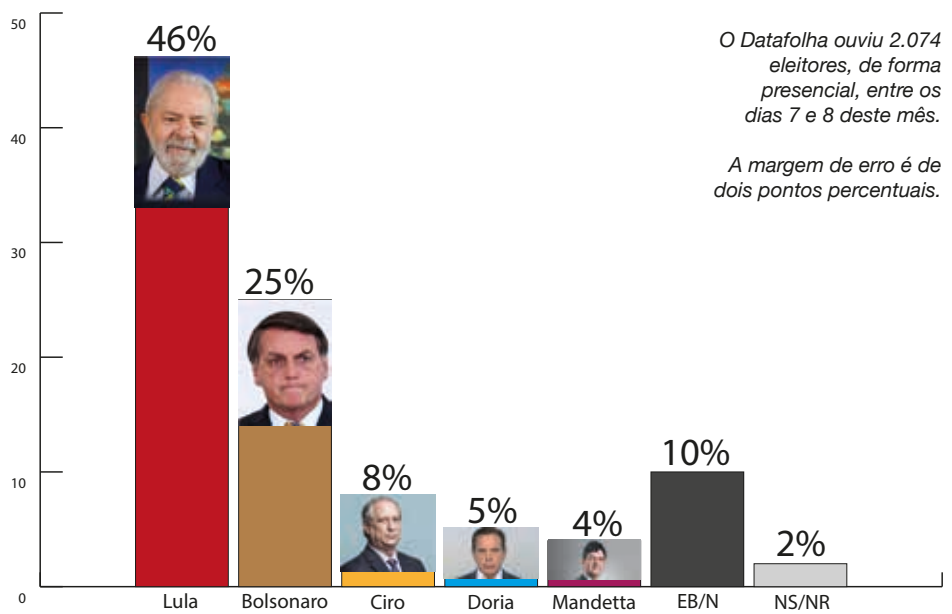
No mesmo sentido, a pesquisa CNT/MDA, tornada pública na segunda-feira, 5, revela que, no primeiro turno, no mostra estimulada, Lula tem 41,3% das intenções de voto contra 26,6% de Bolsonaro. No segundo turno, o ex-presidente bateria o atual ocupante do Planalto por 52,6% a 33,3%.

A pesquisa CNT igualmente comprova a alta rejeição de Bolsonaro. Questionados sobre o que é mais importante para as eleições de presidente da República em 2022, 45,1% dos entrevistados afirmaram que o mais relevante seria que Bolsonaro não fosse reeleito. Já 40,3% dos ouvidos disseram que a preferência é que Lula vença e volte a ser presidente. O petista também aparece com o menor índice de rejeição entre todos os candidatos: 44,5%.

Ademais, o levantamento da CNT/MDA revelou que 61,8% dos en-

Lula consolida dianteira

Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria?



O Datafolha ouviu 2.074 eleitores, de forma presencial, entre os dias 7 e 8 deste mês.

A margem de erro é de dois pontos percentuais.

trevistados não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum. Os que consideram o seu governo ruim ou péssimo foram 48,2% e os que consideram a gestão de Bolsonaro ótima ou boa caiu de 33%, em fevereiro de 2020, para 27,7% em julho deste ano, o pior patamar desde o início do governo.

Para o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, os levantamentos da opinião comprovam a força do ex-presidente. “Lula é o melhor momento da história recente do Brasil”, lembra. “Ele é o grande portador de futuro e representa a superação desses tempos sombrios, liderando um projeto consistente de crescimento, soberania, justiça social, paz e reconstrução nacional”.

Mercadante acredita que Lula e o PT estão prontos para comparar os projetos de país. Ele diz estar confiante na vitória do ex-presidente. “Não é uma escolha difícil. É só comparar o legado de Lula com os resultados medíocres do desgoverno Bolsonaro – isso em qualquer área que eles quiserem. Por isso, não tenho dúvidas que voltaremos”, afirma.

De acordo com a pesquisa Vox Populi, divulgada em 21 de maio,

Lula venceria a disputa em 2022 já no primeiro turno. Na pesquisa estimulada, o ex-presidente teria 43% das intenções de votos, enquanto Bolsonaro atinge 24%. Na espontânea, quando os nomes não são citados, Lula aparece com 33% e Bolsonaro com 19%.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) destaca que a liderança do ex-presidente nas pesquisas é um reconhecimento do povo sobre as conquistas e avanços proporcionados pelos governos do PT. “Lula representa a esperança, a democracia, a civilidade e um Brasil que chegou a se tornar a 6ª economia do mundo, distribuindo renda e criando oportunidades para todos e para todas”, ressalta.

Todas as pesquisas também confirmam a polarização entre Lula e Bolsonaro e enterram a possibilidade da construção de uma chamada “terceira via”. Em nenhum levantamento, qualquer outro candidato aparece com chances reais de chegar sequer ao segundo turno. Ainda assim, mesmo quando testados em segundo turno improvável, Lula derrota qualquer um dos nomes testados, como Ciro Gomes, João Dória, Sérgio Moro e outros. •



Bloomberg

O CHEFE DA CIA E BOLSONARO

Uma visita do diretor-geral da CIA a qualquer país latino-americano deve inspirar cuidados, provocar calafrios, quando não disparar alarmes. A visita deve indicar a convergência entre as preocupações da Casa Branca e do Palácio do Planalto: o que fazer com esse continente insubmisso?

Por Paulo Pimenta

O ex-capitão que é hoje o presidente da República acaba de receber, no Palácio do Planalto, William J. Burns, o chefe da CIA, a mais agressiva agência de espionagem do mundo. Poderia ter sido uma audiência protocolar entre chefes de áreas de inteligência de cada

governo, mas não foi. O presidente estava lá.

O presidente dos EUA, Joe Biden, enviou como seu primeiro emissário ao Brasil, para contatos oficiais, o chefe da CIA, que não faz muito tempo espionou a presidenta Dilma Rousseff, afastada por um Golpe de Estado em 2016. É o nível de prestígio de que desfruta o atual governo brasileiro.

Uma visita do diretor-geral da CIA a qualquer país latino-americano deve inspirar cuidados, provocar calafrios, quando não disparar alarmes. A velha senhora traz consigo uma folha corrida pouco recomendável, impressa a fogo na vida e na memória dos países do continente.

No primeiro contato com seus apoiadores, após o encontro, um Bolsonaro abatido, com o ar enigmático de quem acaba de deixar uma reunião de agentes secretos, num bolsonarês típico declarou: "Não vou dizer que isso foi tratado com ele [Burns] mas a gente analisa a América do Sul, como estão as coisas. A Venezuela a gente não aguenta falar mais, mas olha a Argentina. Para onde está indo o Chile? O que aconteceu na Bolívia? Voltou a turma do Evo Morales. E mais ainda a presidente que estava lá no mandato tampão [Jeanine Añez] está presa, acusada de atos antidemocráticos. Estão sentindo alguma semelhança com o Brasil?"

A visita deve indicar a convergência entre as preocupações da Casa Branca e do Palácio do Planalto: o que fazer com esse continente insubmisso?

O povo colombiano há semanas marcha nas ruas contra o governo repressivo de Iván Duque. As mulheres e a juventude chilena, ao instalar a Assembleia Constituinte, lideram um movimento social de grande alcance para sepultar a constituição imposta pelo ditador Pinochet e escrever uma Carta Magna democrática em sintonia com o século 21. A sociedade multicultural boliviana recupera a democracia interrompida e retoma o rumo do desenvolvimento soberano. A sociedade brasileira esmagada pelo peso de meio milhão de mortos provocada

pela Covid-19 e pela incúria criminosa do governo Bolsonaro, decide voltar às ruas para denunciar o genocídio e a corrupção e exigir o "impeachment" do ex-capitão.

Se olharmos em perspectiva para o que nos aguarda nos próximos anos, podemos refletir sobre a recente entrevista concedida ao Página 12, da Argentina, pelo ex-presidente Lula: "Temos que ficar juntos. Temos que formar um blo-

LULA FALOU SOBRE SOBERANIA E REBATEU O ENVOLVIMENTO DE POTÊNCIAS ESTRANGEIRAS EM GOLPES DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA

co forte como estávamos fazendo com a Unasul, para que possamos negociar com a União Europeia, com a China, para negociar com o Estados Unidos. (...) Biden tem entender que a América Latina tem do direito de crescer. Não é possível que em 500 anos não tenhamos nenhum país da América Latina altamente desenvolvido. Sempre que um governo que começa a melhorar as coisas, aparece um golpe e o governo cai".

Lula falou sobre autodeterminação dos povos, soberania na-

cional e rebateu o envolvimento de potências estrangeiras em golpes de Estado na região, sempre que um país começa a se desenvolver. Diferentemente da lamúria que ouvimos de Bolsonaro ao sair da agenda com o diretor-geral da CIA, Lula tem discurso em defesa de um projeto de país soberano, projeto que compartilha com o continente.

O que devem esperar os EUA de um governo popular que suceda o atual a partir de 2022? Ao Página 12, Lula anuncia tensões com os interesses dos EUA. Seja na área de infraestrutura, de controle de fontes de energia, como petróleo, água e na área de alta tecnologia – leia-se, a participação da Huawei nas futuras redes de 5G.

A ninguém interessa fingir que um mercado das dimensões do brasileiro está imune ao conflito geopolítico polarizado entre EUA e China. A evolução desse conflito vem determinando modificações na estratégia e nos métodos utilizados pela Casa Branca – particularmente a introdução do lawfare – para conduzir a defesa dos seus interesses no continente. Assim ocorreu nos golpes de Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016), Bolívia (2019) e mais recentemente nas eleições no Equador e Peru, esta ainda pendente.

Aos olhos da Casa Branca interessa como se comportará o governo que vier a suceder Bolsonaro nos temas estratégicos mencionados acima. Como se comportará um governo de oposição diante dos crimes cometidos pela Lava Jato com apoio dos EUA?

Um problema para Mr. Burns. Um desafio para o governo brasileiro que sucederá ao governo de liquidação nacional de Jair Bolsonaro. •

Deputado federal pelo
PT do Rio Grande do Sul.

RETRATOS DO BRASIL



GOVERNO BOLSONARO: FOME E INFLAÇÃO

Há um quadro desolador enfrentado por quem vai aos supermercados e tem que comprar um bujão de gás ou colocar gasolina no carro. O dinheiro está cada vez mais curto. E, para piorar, o país tem agora 126 milhões de brasileiros sem alimentação adequada

Por **Elvino Bohn Gass**

O Brasil do governo militar conduzido por Bolsonaro virou uma farra para especuladores e agiotas que ganham dinheiro à custa dos trabalhadores e da classe média. A política econômica elitista de Bolsonaro e Paulo Guedes, de favorecimento a bancos, capital estrangeiro e bilionários e milionários, tem levado à corrosão dos salários, num momento em que há mais de 40 milhões de desempregados e subempregados e sem investimentos públicos para a geração de empregos.

Há um quadro desolador enfrentado por quem vai aos supermercados e tem que comprar um bujão de gás ou colocar gasolina no carro. O dinheiro está cada vez mais curto.

A única coisa que sobe no atual governo é a inflação e os preços dos alimentos e itens de primeira necessidade. A taxa de inflação dobrou em relação à meta estabelecida. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve variação de 0,53% em junho. O resultado ocorreu após avanço de 0,83% em maio, segundo o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, IPCA chegou a 8,35% no acumulado de 12 meses. No acumulado até maio, a variação estava em 8,06%.

Resultado da política econômica ultraliberal pinochetista é a volta da fome ao País: 126 milhões de brasileiros hoje não se alimentam adequadamente. Um quadro oposto ao que era nos governos do PT. Quando Lula tomou posse em 2003, disse que se todo o brasileiro tivesse três refeições ao dia, seu mandato teria valido a pena. Ao final, cumpriu a palavra. E logo depois, o Brasil finalmente saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas. Agora, em pouco mais de dois anos, o desgoverno Bolsonaro trouxe a fome de volta às famílias brasileiras.

A realidade é que todo mundo sente no bolso a escalada dos preços, com impacto direto no prato típico do dia a dia. Nos últimos 12 meses, o arroz subiu 52%, o feijão, 31%, a carne, 38%, e o tomate, 54%. Isso, para ficar só nos alimentos. O gás de cozinha, por exemplo, já subiu quatro vezes só este ano e já custa mais de 100 reais em alguns lugares. O combustível aumentou 39%, o que encarece o transporte

dos alimentos a passagem dos ônibus. A energia elétrica aumentou 60% nos últimos 12 meses e ainda vai piorar com a bandeira vermelha.

Ou seja, para a classe trabalhadora e a classe média, tudo sobe e muito. Mas, e o salário? Este anda na contramão do aumento. Nos últimos 12 meses a renda domiciliar de todos os rendimentos do trabalho diminuiu 10%, segundo o IBGE. Isso significa que, com menos renda, os assalariados ainda têm que enfrentar o descalabro dos preços, já que o governo fica inerte frente à especulação, refém de uma lógica cruel de que o “mercado resolve tudo”.

Sim, o governo Bolsonaro, trouxe a fome de volta ao Brasil. Chega! Bolsonaro é doença, morte, desemprego, fome. E corrupção, como a CPI da Covid tem apurado. O Brasil não pode mais esperar. O país precisa de um governo com uma política econômica que gere empregos e renda, com respeito ao meio ambiente, à soberania nacional e aos direitos sociais e trabalhistas do povo. Fora, Bolsonaro. Impeachment já! •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



Divulgação

REGRESSIVIDADE CONTINUA

Proposta de Paulo Guedes para a reforma tributária não reinstalou a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos de forma progressiva. O mesmo ocorre com tabela que revisa o Imposto de Renda. Planalto deixou de fora a taxaço sobre o patrimônio e a heranço dos super-ricos

Por Afonso Florence

Após três anos e meio de mandato, Jair Bolsonaro enviou ao Congresso o PL 2337/2021, apresentado como a "segunda etapa" da sua proposta de reforma tributária. A "primeira etapa" é o PL 3887/2020, que unifica PIS/Cofins e aumenta a alíquota. O projeto tem dispositivos sobre o imposto de renda – tanto para pessoas jurídicas (IRPJ) quanto para pessoas físicas (IRPF). Aqui

eu trato de refletir sobre os dispositivos do PL 2337.

A proposta reinstalou a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, veda a dedução do juro de capital próprio e revisa a tabela de imposto de renda sobre as pessoas físicas. Essas isenções foram criadas pela Lei 9.249/95, de Fernando Henrique Cardoso, e marcaram a legislação tributária brasileira como das mais regressivas do mundo. Desde 2015 não há correção da tabela de IRPF, a última feita ainda no governo Dilma.

Formou-se no Brasil uma consciência crítica sobre a regressividade da estrutura tributária brasileira, no âmbito acadêmico, e em especial na sociedade civil. Surgiu o movimento nacional pela Reforma Tributária Justa e Solidária.

Inspirados por esse movimento e dialogando com essa consciência crítica, inúmeros parlamentares da esquerda apresentaram propostas legislativas para reverter a regressividade. Todos travamos longo e perseverante combate em sua defesa. Mas a correlação de forças no Congresso nunca permitiu sua aprovação.

A proposta do governo não reinstalou a tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos de forma progressiva. O mesmo ocorre com tabela que revisa o IRPF. Além disso, no seu “fatiamento”, o governo deixa de fora a tributação sobre o patrimônio e a herança dos super-ricos, que também deve ser progressiva. E não dá tratamento tributário àquele que é um dos maiores desafios da humanidade: a sustentabilidade ambiental. São especialmente nesses pontos que o PL 2337/21 deve ser emendado pelo PT e oposição.

O projeto cria uma alíquota de 20% para tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos e prevê uma isenção para micro e pequenas empresas quando o valor mensal distribuído não ultrapassar os R\$ 20 mil. É possível inserir a progressividade criando uma, talvez duas alíquotas, para tributar a distribuição acima de R\$ 50 mil, ou de R\$ 100 mil. Isso poderá garantir que as grandes operações sejam tributadas de acordo com a capacidade contributiva de cada beneficiado.

Na proposta de revisão da tabela do IRPF, o PL 2337 mantém as atuais cinco faixas, propondo um reajuste de 30% na primeira, isentando até R\$ 2,5 mil. E, a última, a partir de R\$ 5,3 mil, como

as demais, é reajustada em 13%, ficando com alíquota de 27,5%. Aqui, é possível inserir a progressividade, talvez ampliando a faixa de isenção, e criando ao menos uma faixa para tributar o andar de cima, talvez para salários acima dos R\$ 35 mil, ou acima de R\$ 50 mil.

Enquanto as corporações de mídia noticiam a resistência do mercado, e da base parlamentar do governo, ao PL 2337, o ministro Paulo Guedes sinaliza com a possibilidade de redução do

A OPOSIÇÃO DEVE LUTAR PARA INCLUIR A PROGRESSIVIDADE NA TRIBUTAÇÃO DO IRPJ E DO IRPF. NO CAMINHO DE UMA REFORMA JUSTA E SOLIDÁRIA

IRPJ e pede a extinção de alguns incentivos fiscais que beneficiam setores específicos da economia.

Ele ainda não declinou da tributação sobre lucros e dividendos, nem da vedação da dedução sobre juros de capital próprio. Também não trata da revisão da tabela do imposto de renda. Entretanto, ao sinalizar para essa negociação antes do relator apresentar seu parecer, o ministro atropela a tramitação parlamentar. Além disso, pauta um tema ausente, tanto no PL

2337/21 quanto no PL 3887/20, desautoriza o relator e cobre de incerteza até quando o governo vai segurar tal proposta.

Aqui, convém registrar que, nessa legislatura, o debate sobre a reforma tributária se iniciou com a apresentação da PEC 45 na Câmara, que ganhou uma comissão especial, e pela PEC 110/19, protocolada no Senado. Depois, foi instalada uma comissão mista do Congresso para tratamento conjunto da pauta. Ambas as PECs tratam da simplificação tributária, cada uma ao seu modo e, elas sim, extinguem os incentivos tributários.

O PT e a oposição, com apoio de inúmeros parlamentares do centro, apresentaram a Emenda Substitutiva Global 178/19 à PEC 45, que ficou conhecida como Reforma Tributária Justa, Sustentável e Solidária. Também apresentaram inúmeras emendas específicas à PEC 45 e à PEC 110, propondo constitucionalizar a tributação progressiva da renda e do patrimônio, contendo dispositivos de incentivo para a sustentabilidade ambiental, para o cooperativo, de valorização do salário mínimo, e para o financiamento da seguridade social.

A tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, a vedação da dedução do juros sobre capital próprio e a revisão da tabela do IRPF, presentes no PL 2337, são importante vitória. São resultados da pressão do movimento pela reforma tributária justa e solidária, e dos parlamentares do PT e da oposição. Entretanto, impulsionados pela mobilização na sociedade civil organizada e pelo movimento pela Reforma Tributária Justa e Solidária, a oposição deve lutar para incluir a progressividade na tributação do IRPJ e do IRPF. •

* Deputado federal pelo PT da Bahia.



REFORMA POLÍTICA DO RETROCESSO

Semipresidencialismo, distritão e voto impresso são um tripé legal que atenta contra a soberania do eleitor. A mudança no sistema político é um ataque à democracia e aos partidos políticos

Por Danilo Molina

Entaram na pauta da reforma política nacional três temas que enfraquecem o sistema eleitoral, os partidos políticos e a própria democracia brasileira. O tripé do retrocesso é formado pelas propostas do semipresidencialismo, do distritão e da volta do voto impresso.

Esta semana, dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, se posicionaram publicamente a favor do semipresidencialismo, um sistema híbrido entre o presidencialismo e o parlamentarismo. No semipresidencialismo, o presidente da República continua a ser eleito de forma direta pelo

voto popular, mas é criada a figura de um primeiro-ministro.

Com isso, o presidente eleito exerce apenas a função de chefe de Estado, que envolve, por exemplo, a representação do país no exterior e o comando das Forças Armadas. Já o primeiro-ministro, escolhido pelo Congresso Nacional, é quem de fato seria o chefe do governo, com poderes para nomear os ministros de Estado, criar políticas econômicas e realizar a articulação política.

A proposta do semipresidencialismo também é defendida pelo ex-presidente Michel Temer, principal articulador do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Temer declarou que "se o governo cair, no semipresi-

dencialismo, isso ocorre com naturalidade".

Se a ideia avançar, o Congresso Nacional passará por cima de dois plebiscitos, que elegeram o presidencialismo como regime de preferência do povo brasileiro. Em 1963, com 80% dos votos, os brasileiros optaram pelo presidencialismo e devolveram o poder ao então presidente João Goulart, que assumiu o governo em meio ao regime parlamentarista, instalado em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Os brasileiros foram às urnas novamente escolher entre o presidencialismo ou o parlamentarismo, em 1993. Outra vez, a maioria dos eleitores, 55,41%, optaram pelo sistema presidencialista de governo.

Em outra frente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem acelerado a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição que pretende instituir o chamado distritão para a eleição dos cargos não majoritários. O distritão cria uma eleição por lista, fortalecendo o personalismo enfraquecendo os partidos políticos.

A presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffman (PR), o líder do partido na Câmara, Elvino Bohn Gass (RS), e o vice-líder da minoria na Câmara, Henrique Fontana (RS), publicaram recente artigo na Folha de São Paulo em que classificam o distritão como uma ameaça à democracia e um dos piores sistemas eleitorais do planeta. "O distritão prioriza popularidades de indivíduos em detrimento do aprimoramento do debate de ideias, programas e projetos para o país", defendem os parlamentares petistas.

Segundo eles, o distritão é uma espécie de "seguro reeleição" que dificulta a renovação de lideranças. "Se trata de um estímulo ao hiperpersonalismo, ao populismo e ao abuso do poder econômico, com menos candidatos, campanhas milionárias e enfraquecimento dos partidos. Como se sabe, nenhuma das democracias mais maduras se constituiu sem o fortalecimento de partidos", criticam.

Também avança na Câmara dos Deputados, com a benção de Lira, a volta do voto impresso. Já foi instalado na referida casa legislativa uma comissão parlamentar para debater o tema.

A desqualificação do voto eletrônico tem sido um expediente recorrente do presidente da República, Jair Bolsonaro, para tentar tumultuar as eleições presidenciais do ano que vem. A estra-

tégia de ataque de Bolsonaro ao sistema eleitoral parece fazer parte da estratégia da construção de uma narrativa de tensionamento da democracia brasileiro.

É habitual que o Bolsonaro ataque a urna eletrônica a cada divulgação de pesquisas eleitorais, nas quais ele aparece com altos índices de rejeição ou perdendo as eleições do ano que vem para o ex-presidente Lula. Esta sema-

É HABITUAL QUE O BOLSONARO ATAQUE A URNA ELETRÔNICA A CADA DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS ELEITORAIS, NAS QUAIS APARECE COM REJEIÇÃO

na, o DataFolha apontou que a rejeição de Bolsonaro atingiu 51%, maior índice dentre os 13 levantamentos feitos pelo instituto.

Não por acaso, também esta semana, Bolsonaro declarou que não haverá eleição no ano que vem se a disputa não for "limpa". Também esta semana, o ex-capitão afirmou que só foi eleito porque teve "muito voto" e que o então candidato à presidência, Aécio Neves (PSDB) derrotou a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT). Como de costume, Bolsonaro não apresentou qual-

quer prova ou indício para comprovar as ilações.

O ministro Barroso, que também é presidente do Tribunal Superior Eleitoral, rebateu. Bolsonaro e declarou que a história brasileira com o voto em papel é trágica. "O manuseio do voto sem filmagem nos reconduz ao filme de terror que nós vivíamos antes. O manuseio humano sempre foi o foco de todas as fraudes. A história brasileira com o voto em papel é uma história trágica.", disse durante palestra de abertura de um simpósio, na terça-feira, 6.

Já o ex-presidente Lula, em entrevista à rádio Salvador FM, avaliou que Bolsonaro só faz a defesa do voto impresso "a pretexto de criar confusão". "Voto impresso é voltar à época dos dinossauros. Vamos ser francos: se fosse possível roubar com o voto eletrônico, eu teria sido presidente da República neste país? Eu teria ganho duas eleições? A Dilma teria ganho duas eleições? O Haddad, depois da campanha de ataque ao PT, teria tido 47 milhões de votos? Eu acho que não", avaliou Lula.

"Não sei se vocês percebem, mas o atual presidente conta mais de quatro mentiras por dia. Ele vive disso. Ele não vive de governar. E agora inventou que, se não for voto de papel, a eleição vai ser roubada. A única eleição roubada foi a dele. A dele foi roubada porque foi feita na base do fake news, porque foi feita na base da mentira, não teve nenhum debate. Então, não se inventa e não se brinca com o povo como esse cidadão está brincando, de forma desrespeitosa, achando que todo mundo é tonto, imbecil, que só ele é esperto, só ele é malandro, algo próprio da origem dele, de miliciano do Rio de Janeiro", disse Lula. •



MUDAR O SISTEMA PARA ENFRAQUECER A SOBERANIA DO VOTO POPULAR. É GOLPE

Pela proposta do semipresidencialismo, o presidente eleito pelo povo, para além dos constrangimentos econômicos e políticos, terá obstáculo maior: o poderoso primeiro-ministro não necessariamente atuará solidariamente ao seu governo. Isso é um perigo

Por Arlindo Chinaglia

A cada crise política, retorna a ideia de que se deveria extinguir ou mitigar o presidencialismo no Brasil, um sistema que é a única decisão importante sobre a configuração do Estado brasilei-

ro referendada duas vezes por voto popular. Em 1963, na confirmação dos poderes presidenciais de João Goulart e em 1993, quando venceu em plebiscito a campanha popular cujo lema era "Eu quero votar para presidente". Mas não é apenas ao ignorar essas escolhas que a defesa do parlamentarismo ou sua

versão mitigada colidem com a soberania popular.

Os defensores da mudança argumentam que o "semipresidencialismo" afastaria o presidente do "varejo da política", que caberia ao primeiro-ministro. E, ao mesmo tempo, levaria o Congresso a ter mais responsabilidade com o governo, já

que participaria direta ou indiretamente da escolha do premiê. Alega-se que seria um sistema mais estável e de maior responsabilidade. Porém, há muitos problemas neste raciocínio.

Em primeiro lugar, não é verdade que a existência de um primeiro-ministro afasta o presidente do dia-a-dia da política. Este continua participando de campanha eleitoral e mantém interesse na formação de uma base de apoio sólida e no sucesso do governo.

Dessa maneira, o presidente não estaria afastado dos dois maiores pontos de vulnerabilidade da política atual, que levam muitas vezes mesmo inocentes a virarem réus por corrupção: o financiamento das campanhas eleitorais e a composição da base de apoio. Na França semipresidencialista, o sistema não impediu a condenação judicial dos presidentes Nicolas Sarkozy e Jacques Chirac, em casos que, se desdobrados durante suas presidências, não teriam evitado o fantasma do impeachment.

O argumento da corresponsabilidade do Congresso também não prospera. O Congresso, hoje, já indica ministros de Estado e administradores de ministérios e empresas estatais. Elege também os presidentes das duas casas, que definem, junto ao colégio de líderes de partidos, o que será ou não pautado. Já há, portanto, muita participação nos rumos do governo. Não está claro que modo a existência de um primeiro-ministro geraria “mais participação” ou “mais responsabilidade”.

É verdade que, no semipresidencialismo, a agenda de go-

verno obedecerá mais à média do pensamento do Congresso, mas aí reside uma das maiores debilidades do sistema.

No Brasil, o debate programático hoje gira em torno da eleição presidencial. Isso não significa que nós, parlamentares, não participemos dela. Mas é na eleição presidencial que as

NÃO É VERDADE QUE A EXISTÊNCIA DE UM PRIMEIRO- MINISTRO AFASTA O PRESIDENTE DO DIA-A-DIA DA POLÍTICA. ELE TEM INTERESSE NA SUA BASE DE APOIO

coisas ficam mais claras: quem defende desenvolvimentismo ou neoliberalismo, os serviços públicos estatais ou suas privatizações, a defesa da soberania nacional ou a sua entrega a interesses estrangeiros.

Como se vê, o presidente eleito no semipresidencialismo, para além dos constrangimentos econômicos e políticos, terá um obstáculo maior: o poderoso primeiro-ministro não necessariamente atuará solidariamente para que o presidente, o esco-

lhido pelo voto popular, cumpra com o prometido em campanha. Isso mina a confiança do cidadão e se torna mais um elemento de instabilidade do sistema.

Na França semipresidencialista, nos casos de “coabitação”, o presidente eleito por um partido, e que não forma maioria no Congresso, negocia com a oposição a escolha de um chefe de governo. Geralmente já se sabe nas eleições qual será a linha do primeiro-ministro. Lá, os partidos são relativamente poucos e há mais clareza ideológica sobre cada um deles.

No Brasil, com 33 partidos, sendo 24 deles com representação no Congresso, e no qual o maior partido não possui sozinho sequer um quinto do parlamento, não há previsibilidade, durante as eleições, de quem será o primeiro-ministro. A escolha dependerá de variáveis como composições de última hora e preferências pessoais, entre partidos que nem sempre têm posições político-ideológicas bem definidas.

Assim, ao votar, o povo entrega a escolha do chefe de governo e seu programa a fatores totalmente contingentes, que não conhece e dos quais não participa. O programa do presidente eleito é enfraquecido.

Uma verdadeira reforma na política brasileira deve fortalecer o poder popular. O semipresidencialismo não só não cumpre o que promete, como fragiliza o bem mais precioso de uma democracia: a escolha soberana do povo sobre os rumos do Brasil. •

Deputado federal pelo PT de São Paulo, é líder da Minoria no Congresso.



Divulgação

A GRAVE CRISE DE ENERGIA

Eis os reflexos da crise hídrica sobre o abastecimento de energia, quando o governo jogou as fichas de que teríamos chuvas em 2020. A perspectiva era que a situação hidrológica iria melhorar e não haveria necessidade de despachar termelétricas mais caras. Como a hidrologia não melhorou, não se poupou água nos reservatórios. A aposta deu errado. A conta agora chegou

Por **Maurício T. Tolmasquim**

O Sistema Interligado Nacional (SIN) está passando pela maior crise hídrica dos últimos 91 anos. A quantidade de água que chegou nas usinas hidrelétricas entre setembro de 2020 e maio de 2021 foi 33% menor que a média dos últimos 91 anos.

Apesar do nível dos reservatórios das regiões Sul, Nordeste e Norte estar adequado, os três

juntos representam apenas 30% da capacidade de armazenamento do sistema. Em outras palavras, apesar das “caixas d’água” destas regiões estarem relativamente cheias, elas são pequenas.

O subsistema Sudeste/Centro-Oeste concentra 70% da capacidade de armazenamento. Ou seja, esta é a grande “caixa d’água” do SIN. No entanto, neste momento, estes reservatórios estão com nível muito baixo. Os níveis dos reservatórios em 28 de junho eram os seguintes:

Sudeste/Centro Oeste: 29,21%; Sul: 63,38%; Nordeste: 59,38%; e Norte: 83,08%.

Graças aos investimentos dos governos Lula e Dilma, o sistema elétrico é muito mais robusto em 2021 do que era em 2001, quando aconteceu o grande apagão.

Entre 2001 e 2020, a capacidade instalada do sistema elétrico cresceu 133%, enquanto o PIB cresceu apenas 44%. Também houve grande diversificação das fontes de energia. Entre 2001 e 2020, houve uma significativa

diversificação da matriz elétrica levando a redução da dependência do país em relação a hidroeletricidade.

Em 2001, as hidroelétricas representavam 83% da capacidade instalada. Em 2020, representava 62% da capacidade instalada. Houve um aumento da participação das termelétricas a gás natural e outros combustíveis, usinas eólicas e termelétricas a bagaço de cana, que atualmente, representam respectivamente, 15%, 10% e 9% da capacidade instalada total.

Também houve um aumento da capacidade de intercâmbio de energia entre os subsistemas. Em 2001, o Sul tinha água sobrando e faltavam linhas de transmissão para enviar a energia de lá para o Sudeste/Centro-Oeste. Entre 2001 e 2020, a capacidade do Sul de enviar energia para o Sudeste/Centro-Oeste aumentou 61%.

Neste mesmo período, a capacidade do Norte e Nordeste de enviar energia para o Sudeste/Centro-Oeste aumentou 14 vezes. Nos últimos meses, o Norte enviou, a partir das usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, grandes quantidades de energia para o subsistema Sudeste/Centro Oeste.

O mesmo foi feito pelo Nordeste, que vem utilizando o excedente de geração eólica para exportar energia para o Sudeste/Centro-Oeste, contribuindo para reduzir a atual crise de fornecimento de energia.

Mas o fato é que houve um problema de gestão, no monitoramento, com demora no despacho de todas as termelétricas. Em 2020, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), ao não autorizar o despacho preventivo de maior número de termelétricas, deixou o nível dos reservatórios no Sudeste/Centro Oeste cair muito. Em novembro, atingiu-se um percentual inferior a 18%.

Em termos hidrológicos, o período úmido que vai de novembro de 2020 a maio de 2021, foi muito ruim. Mesmo assim, nos primeiros meses do ano, o CMSE só autorizou o despacho de parte do parque termelétrico. Com isto, os reservatórios chegaram em maio, início do período seco de 2021, com níveis muito baixos.

Ou seja, houve uma aposta em São Pedro. Apostou-se que a situação hidrológica iria melhorar e que não se precisaria despa-

É PRECISO SER CLARO. EXISTE O RISCO DE BLECAUTES EM 2021. O MAIOR É DE SE TER APAGÕES, PRINCIPALMENTE ENTRE 18 HORAS E 21 HORAS

char as termelétricas mais caras. Como a hidrologia não melhorou, não se poupou água nos reservatórios. Ou seja, a aposta em São Pedro deu errado.

E a projeção agora é de que os níveis dos reservatórios ficarão muito baixos no fim do período seco de 2021. As projeções são que o nível de armazenamento do subsistema Sudeste/Centro Oeste deverá chegar em cerca de 10% em novembro, final do período seco. Este é um nível muito baixo. Para se ter uma ideia, em

novembro de 2001 os reservatórios desta região chegaram em 23% e em 2014, ano muito seco, chegaram em 16%. Ou seja, o país vai começar o período úmido de 2021 com os reservatórios muito secos. Se tivermos um período úmido muito ruim, poderemos ter problema de suprimento de energia em 2022.

É preciso ser claro. Existe o risco de blecautes – apagões – em 2021. O risco maior é de se ter alguns apagões, principalmente no horário de ponta, entre 18h às 21h, quando as pessoas chegam em casa e usam elevadores, chuveiros elétricos, iluminação e outros eletrodomésticos. O baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas reduz a capacidade de atender momentos de pico de consumo, podendo assim haver interrupções inesperadas no fornecimento de energia.

O governo criou por meio de medida provisória o comitê para gestão da crise. A presidência do comitê é do ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque. Esta medida tem dois objetivos principais.

O primeiro é poder tomar medidas de redução das vazões dos reservatórios hidrelétricos sem precisar de autorização da Agência Nacional de Águas ou do Ibama, já que se precisa reduzir as vazões das usinas na cabeceira da bacia do Paraná, e isto tem impactos socioambientais e na hidrovía Tietê-Paraná. O governo tem muito medo de judicialização desta medida. O ministro tem feito um périplo pelo STF e pela alta esfera do Judiciário para explicar a MP.

O segundo objetivo é eventualmente contratar termelétricas emergenciais, como por exemplo, termelétricas em balsas que podem vir de diversos lugares do mundo, como foi feito na crise de 2001.

Aumentos tarifários importantes

Antes de 2015, o custo anual de operação das termelétricas era repassado na data do reajuste das distribuidoras para as tarifas. O problema é que os valores devidos as distribuidoras eram reajustados pela Selic, criando uma conta financeira para o consumidor.

As bandeiras tarifárias – verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2 – são uma forma de passar para as tarifas os custos da geração termelétrica, conforme as plantas vão sendo operadas. Além de evitar que os consumidores paguem os juros, a bandeira também dá um sinal que a tarifa está cara e que o consumidor deve diminuir o consumo de energia.

Por conta da pandemia, a bandeira foi mantida verde entre fevereiro e novembro de 2020. Isto criou um passivo na “conta bandeiras” de R\$ 1,5 bilhão de reais.

Além disto, o despacho de termelétricas mais caras obrigou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a reajustar o valor da bandeira vermelha de nível 2, que teve uma elevação de 52%. Este reajuste deverá implicar em um aumento de 5% na tarifa de eletricidade.

Existe uma avaliação que este aumento na bandeira será insuficiente para cobrir os custos do despacho de todas as termelétricas e que tenha de haver um novo aumento este ano.

Conta Covid

Em maio de 2020, o MME criou a Conta Covid. O objetivo era dar um alívio de caixa as distribuidoras de energia e ajudar a compensar a queda no faturamento com a redução do consumo e do aumento da inadimplência nesse período.

O montante final do repasse às distribuidoras foi calculado em R\$ 14,8 bilhões. Os recursos foram oferecidos por um pool de

Alessandro Dantas



PT QUER DISCUTIR NO SENADO A CRISE HÍDRICA

O senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou requerimento propondo a criação de uma comissão externa para averiguar as causas da crise hídrica que assola o Brasil e acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, proposta pelo governo federal. O grupo deverá, ainda, propor soluções que garantam segurança energética e tarifas acessíveis à população.

“Estamos, novamente, às portas de um apagão. E, enquanto os reservatórios secavam, o governo federal se preocupava em privatizar a Eletrobrás a qualquer custo”, denuncia Wagner. “Só agora, com o nível baixíssimo de água nas hidrelétricas, resolveram agir, porém sem perder as marcas do autoritarismo e

do desprezo pela legalidade”. O requerimento também é assinado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

No documento, os parlamentares destacam a preocupação em relação à câmara de regras excepcionais para gestão hidroenergética garantir o controle pelo Ministério de Minas e Energia dos recursos hídricos do país.

“A pasta decidirá quem fará uso das águas e em quais condições, afastando o arcabouço legal da gestão de recursos hídricos e ignorando entidades do setor”, destaca. Além disso, poderá realizar processos simplificados para a contratação de geração elétrica, o que desperta temores de mais um possível impacto altista na tarifa de energia elétrica. “Isso é preocupante”, alerta. •

16 instituições financeiras lideradas pelo BNDES.

Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários que, caso contrário, teriam efeitos imediatos nas contas das famílias e empresas.

Os empréstimos terão carência até julho de 2021 e venci-

mento em dezembro de 2025. Ou seja, esta medida implicará aumento de tarifa até 2025. A realidade é esta. •

Professor Titular da COPPE/UFRJ, foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e ex-ministro interino das Minas e Energia no governo Dilma Rousseff.



Divulgação

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS: QUEM PERDE É O CONSUMIDOR

A revisão do regime de cotas das hidrelétricas terá impacto tarifário negativo sobre o país. O aumento da tarifa de energia está no DNA da MP aprovada. A competição tão almejada será profundamente afetada com a venda da estatal

Por Mauricio T. Tolmasquim

A medida provisória da venda da Eletrobrás, aprovada pelo Senado, foi supostamente elaborada para alavancar investimentos para a expansão do setor elétrico, aumentar a competição e beneficiar o consumidor. No entanto, terá efeitos diametralmente opostos.

Ao contrário do apresentado na exposição de motivos da MP pelo governo, não é necessário privatizar a Eletrobrás para atrair capitais privados e garantir a expansão do setor elétrico.

Entre 2005 e 2018, a capacidade instalada do setor elétrico no Brasil cresceu 70%. Ou seja, houve um crescimento médio anual de 4,5% ao ano, valor superior ao crescimento da economia.

Neste período, foram adicionados 67 GW novos ao sistema. Desse total, cerca de 80% tiveram origem em investimentos privados. Ou seja, não é necessário privatizar a Eletrobrás para atrair recursos privados para a expansão do setor. Os investimentos privados já estão ocorrendo.

O grande interesse do capital privado em investir no setor é fruto dos leilões de compra de energia introduzidos em 2004 pela reforma do setor elétrico promovida pelo governo Lula. Os vencedores dos leilões ganham contratos de longo prazo, o que reduz o risco dos investidores e facilita a obtenção de financiamento para os projetos.

A título de exemplo da atratividade dos leilões para o capital privado: 1.649 projetos, totalizando 93.859 MW de potência, estão cadastrados para o leilão deste ano. Esta capacidade é cerca de 15 vezes o necessário para atender o crescimento médio anual de demanda. A quase totalidade destes projetos é de empresas privadas.

A revisão do regime de cotas das hidrelétricas da Eletrobrás terá impacto tarifário negativo sobre os consumidores. O aumento da tarifa de energia está no DNA da proposta aprovada. Ela retira do consumidor o benefício atualmente usufruído pela geração mais barata de usinas hidrelétricas amortizadas. Permite que a Eletrobrás venda essa energia por valor que pode atingir até três vezes o atualmente pago pelo consumidor. A diferença de preços implicará uma transferência de renda de algumas centenas de bilhões de reais dos consumidores de energia para o Tesouro e certos setores nos próximos 30 anos.

Explico melhor. Em 2012, o governo instituiu o regime de cotas para as usinas hidrelétricas que tiveram o prazo de concessão prorrogado. Como grande parte do investimento já estava amorti-

zado, o valor da cota foi calculado de forma a reembolsar os custos de operação e manutenção das usinas e garantir uma margem de lucro de 10%.

O preço da energia das usinas hidrelétricas da Eletrobrás em regime de cotas é de cerca de R\$ 73/MWh. Com a privatização, a empresa poderá vender a energia das suas hidrelétricas ao preço de mercado, cujos valores são muito maiores do que os das cotas.

Aqui, três estimativas de preço futuro de energia vendida pela Eletrobrás privatizada:

AO CONTRÁRIO DO QUE DIZ O GOVERNO, NÃO É NECESSÁRIO PRIVATIZAR A ELETROBRÁS PARA ATRAIR CAPITAIS PRIVADOS E EXPANDIR O SETOR

- R\$ 155,00/MWh, que se refere ao preço utilizado no processo de privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

- R\$ 167,00/MWh, que se refere ao preço médio de longo prazo da energia calculado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

- R\$ 200,00/MWh, valor definido pelo MME.

Portanto, a “descotização” da energia das hidrelétricas da Eletrobrás terá um forte impacto so-

bre a tarifa dos consumidores.

A obrigação de contratação de energia fonte térmica a gás natural terá impacto negativo sobre as tarifas e o meio ambiente, com atendimento aos lobbies no Congresso.

Contrariando a lógica econômica, a legislação impõe a contratação de 8.000 MW de termelétricas em regiões afastadas do mercado consumidor, obrigando a construção de longas linhas de transmissão.

Por caminhos tortuosos, a MP força a construção de gasodutos onerosos ao estipular que a localização das usinas deve ser em pontos que não possuam suprimento de gás. A localização prévia das usinas obriga a realização de leilões regionais, limitando sobremaneira o número de competidores.

Em desrespeito ao consumidor e em dessintonia com o meio ambiente, o texto obriga ainda as termelétricas a funcionarem com alto grau de inflexibilidade. Ou seja, a MP força as termelétricas a operarem queimando gás poluente e onerando o consumidor, mesmo em momentos de bons ventos, boa hidrologia e/ou excesso de energia solar.

Outro ponto importante: o estabelecimento de cotas para contratação de pequenas centrais hidrelétricas terá forte impacto tarifário, para atender ao lobby no Congresso.

Contrariando a base de um mercado competitivo, a legislação cria uma generosa reserva de mercado para esta fonte energética, aquinhoando-a com 40% a 50% do mercado dos leilões regulados. Os atributos de renovabilidade da fonte não são suficientes para justificar tamanha generosidade com os recursos do consumidor, sobretudo quando se sabe que a sua contratação no último leilão saiu por mais que o dobro das energias eólica e solar.

A prorrogação do Programa

de Fontes Alternativas de Energia (PROINFA) e a obrigação de contratar a energia pelo preço teto do leilão terá forte impacto sobre os preços da energia – mais uma vez, atendimento a lobby no Congresso.

A reserva de mercado não se limita as duas fontes energéticas – termelétricas a gás e pequenas centrais hidrelétricas. Ela se estende também a alguns empreendimentos específicos.

A legislação autoriza que os contratos das usinas do PROINFA que expiram a partir de 2026, sejam prorrogados por mais 20 anos. Como se não bastasse este benefício, a legislação também confere um preço generoso para a contratação destas usinas. Os contratos deverão ser prorrogados por preço igual ao preço teto do Leilão A-6 de 2019, valor bem superior aos resultantes do processo competitivo.

Outro ponto a ser considerado é que a MP faz o consumidor de energia pagar por políticas regionais. Isso é injusto e reduz a competitividade da economia brasileira. Isso foi incluído para atender a lobby das bancadas regionais.

A proposta define ainda obrigação às concessionárias cujos contratos de concessão serão afetados pela MP de aportes anuais, pelo período de dez anos, com a finalidade de promover:

- A revitalização do Rio São Francisco.
- O desenvolvimento de projetos na Amazônia Legal.
- A revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios de Furnas.

Apesar destes serem objetivos meritórios, constitui-se em clara distorção utilizar os recursos oriundos da tarifa dos consumidores de energia elétrica para financiar estas despesas.

Por fim, o uso do fim do pagamento do financiamento de Itaipu

como argumento de que a MP da privatização da Eletrobrás reduzirá os preços. O texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê que inicialmente 25% e, após 2032, 50% do eventual excedente econômico oriundo da revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu devem ser destinados a União para a criação de um programa de transferência de renda do governo federal e para a prorrogação dos programas de revitalização das bacias hidrográficas (após 2032).

Reduz-se assim de 25% a 50%

O CONSUMIDOR SERÁ O GRANDE PERDEDOR DE TODO ESTE PROCESSO. A MP DEVERÁ CAUSAR UMA DESORGANIZAÇÃO DO MERCADO ELÉTRICO

o potencial futuro de diminuição da tarifa. Como mencionado antes, apesar destes serem objetivos meritórios, constitui-se em clara distorção utilizar os recursos oriundos da tarifa dos consumidores de energia elétrica para financiar estas despesas.

O financiamento de Itaipu foi pago durante anos pelo consumidor brasileiro. No momento em que a dívida esteja paga, seria justo realizar a transferência da renda gerada pelo diferencial entre o preço de mercado e custo de

geração de energia integralmente para o consumidor de energia elétrica.

A utilização do excedente financeiro de Itaipu independe da privatização da Eletrobrás. É errado, portanto, deduzir do impacto negativo da “descotização” o benefício da destinação do excedente econômico de Itaipu para abater a tarifa.

Como bem colocado em artigo do jornalista Daniel Rittner, no jornal Valor Econômico, “há 48 anos sabe-se que a dívida contraída para a construção da megasusina terminará de ser paga em seu quinquagésimo aniversário, em 2023, possibilitando uma redução significativa no valor do megawatt-hora. No entanto, tenta-se atribuir hipocritamente à medida provisória uma queda de 4,2% nas tarifas de energia aos pequenos consumidores (cálculos do Ministério de Minas e Energia)”.

Então, eis a conclusão: a competição tão almejada sairá profundamente afetada. A reserva de mercado concedida a algumas fontes energéticas e a certos grupos fere o âmago mesmo do marco regulatório atual, que é de competição através de leilões públicos ou do mercado livre.

Além disto, a legislação dará a uma Eletrobrás privada um enorme poder de mercado com efeitos perversos para uma competição justa, seja no mercado regulado seja no mercado livre.

O consumidor de energia elétrica será o grande perdedor de todo este processo. A MP anunciada como mecanismo de aumento de eficiência econômica, deverá causar uma desorganização do mercado elétrico e aumentar as tarifas para o consumidor. •

Professor Titular da COPPE/UFRJ, foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia e ex-ministro interino das Minas e Energia no governo Dilma Rousseff.

GOLPE DE 2016

Dilma Rousseff
Presidente da República

Marcelo de Melo
Governador do Estado do Mato Grosso do Sul

Monora Menicucci
Secretária de Políticas para as Mulheres da
Presidência da República

Marcelo Antunes Olarte
Prefeito Municipal de Campo Grande

Magno João Maria Lós
Secretário de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

Roberto de Matos Brittes
Secretário de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

Roberto Andre Defante
Secretário de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

MS, 03 de fevereiro de 2015.



Roberto Stuckert Filho

UM ESTADO MISÓGINO

A saída de Dilma da Presidência da República afetou profundamente os programas voltados para a proteção da mulher e pela promoção da igualdade. Desde 2016, o país assiste à desconstrução das políticas de gênero. O Brasil retrocede no tempo e a luta das mulheres se intensifica

O enfrentamento à violência contra as mulheres, a promoção de direitos e o estímulo à autonomia das brasileiras foram diretrizes centrais dos governos Lula e Dilma. A criação da Secretaria de Políticas das Mulheres, a alocação de recursos orçamentários crescentes, a transversalidade das políticas, as parcerias com Estados e municípios e com os movimentos sociais, as confe-

rências e os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres expressam o compromisso do Partido dos Trabalhadores com a busca da igualdade de gênero no Brasil.

Mas o Golpe de 2016, que levou à queda de Dilma Rousseff por um impeachment sem crime de responsabilidade, interrompeu este processo. Progressivamente, as políticas públicas e os instrumentos para promover a igualdade das mulheres foram

sendo fragilizados. A participação social, excluída. E os recursos orçamentários vêm sendo paulatinamente – ano após ano – sendo reduzidos de maneira dramática. O compromisso com a garantia e promoção dos direitos das mulheres deixou de existir.

Vale ressaltar que a menor importância das políticas para as mulheres nos governos pós-golpe se expressa em medidas institucionais:

1. O rebaixamento da instância de gestão dessas políticas, que perdeu status de ministério e transformou-se, no governo Bolsonaro, em secretaria ministerial.

2. A extinção, no Plano Plurianual 2020-2023, instrumento de planejamento e organização das ações do governo federal, do programa voltado à garantia e promoção dos direitos das mulheres.

3. A inexistência, no PPA 2020-2023, de qualquer menção a gênero e violência contra a mulher.

Tais medidas explicitam uma mudança substantiva na atuação do Estado em relação às mulheres. Nos PPAs anteriores, com variadas formulações, prevalecia a lógica de promoção e defesa direitos e a atuação do Estado buscava a ampliação do acesso aos bens públicos e a superação das desigualdades e discriminações. No PPA atual, prevalece a visão de promoção da dignidade, e a formulação de proteção da maternidade e da família, um retrocesso em relação à saúde

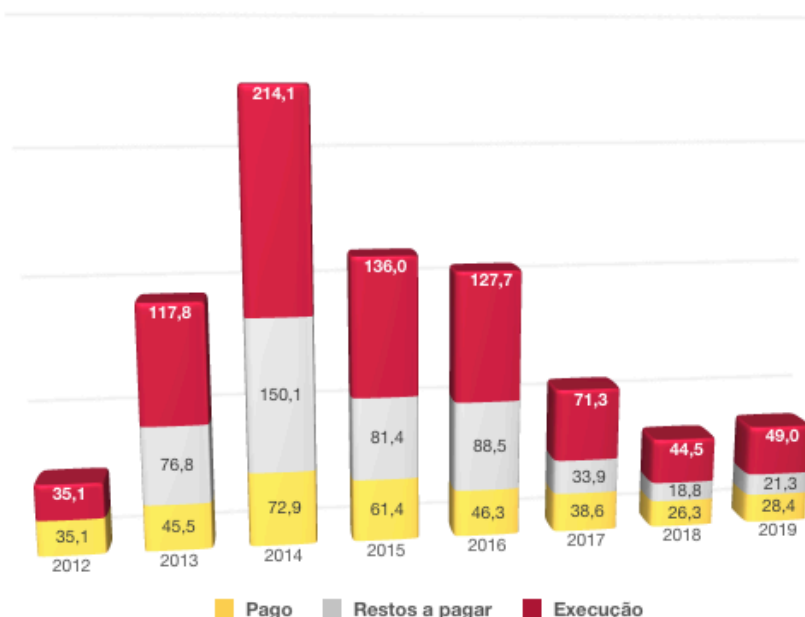
PELA PRIMEIRA VEZ, O PPA ESTINGUIU O PROGRAMA VOLTADO À GARANTIA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

integral da mulher, direitos sexuais e reprodutivos. A ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci resume: "Houve um retrocesso histórico na relação entre o Estado e as mulheres".

Execução Orçamentária

Políticas para as mulheres

Promoção da autonomia e enfrentamento à violência *



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

* Em R\$ milhões de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

Estrangulamento orçamentário

A redução dos recursos disponíveis para os programas para as mulheres é uma marca do período pós-golpe. A partir de 2017, primeiro ano em que o orçamento foi elaborado pelo governo Temer, o total executado caiu vertiginosamente. Em 2019, a execução correspondeu a R\$ 49 milhões, apenas 36% do total executado no último ano do governo Dilma.

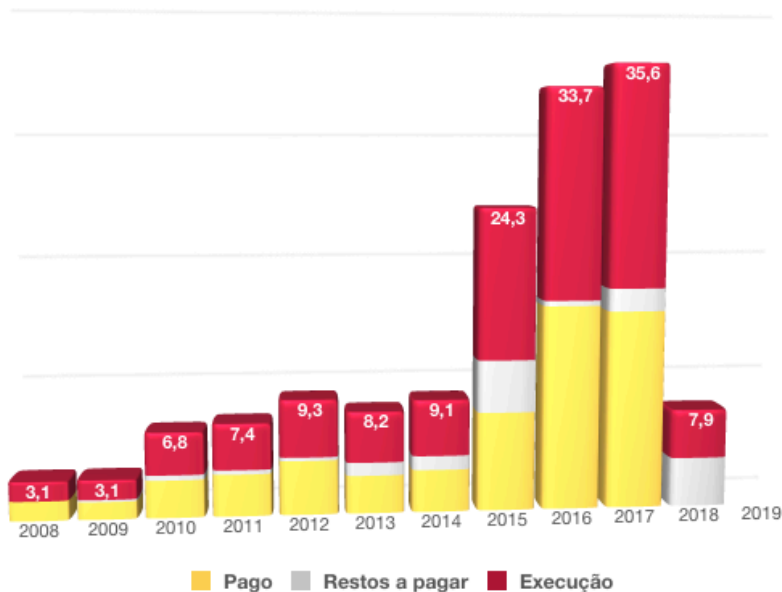
A partir de 2020, não há mais recursos orçamentários neste programa. Nem mesmo existe um programa orçamentário específico para as políticas para as mulheres. As políticas de igualdade para as mulheres, igualdade racial, promoção dos Direitos Humanos e dos direitos dos povos e comunidades tradicionais foram agrupadas em um único programa, cuja dotação orçamentária é distribuída entre todas essas áreas.

Houve ainda outros retrocessos. Lançada em 2013 pela então presidenta Dilma Rousseff, a Casa da Mulher Brasileira pretendia chegar às 27 capitais do país. Quando ocorreu o golpe, três casas haviam sido construídas – Campo Grande, Distrito Federal e Paraná. Mas apenas as duas primeiras haviam iniciado o atendimento. Outras cinco ainda estavam em construção.

Desde então, apenas três casas foram concluídas e transferidas para os governos estaduais. Desde 2017, praticamente não houve execução orçamentária para esta ação.

Com a criação do programa Mulher Segura e Protegida em 2019 (Decreto 10.112), em substituição ao outro programa Mulher: Viver sem Violência, a manutenção das atuais e futuras Casas da Mulher foi transferida para Estados e municípios. Na prática, frente às restrições orçamentárias vivenciadas pelos entes da Federação, isto signifi-

Execução Orçamentária Central de Atendimento às Mulheres - Ligue 180*



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.
* Em R\$ milhões de 2020. Deflator utilizado: IPCA médio.

cará a estagnação e progressivo término da ação.

Outro programa abandonado, criado em 2005 e aprimorado em 2013, foi o Ligue 180, que vinha sendo um instrumento fundamental na política de enfrentamento à violência contra a mulher. A partir de 2018, não houve aporte de novos recursos para seu funcionamento, com a execução orçamentária restrita ao suprimento de restos a pagar. Em 2019, não houve nem mesmo restos a pagar.

No primeiro ano de governo, Bolsonaro decidiu integrar este canal ao Ligue 100, serviço de denúncias de violações de direitos humanos. Em um momento em que os dados de violência contra a mulher cresciam, demandando mais agilidade dos mecanismos de acesso a atendimento e denúncias, o governo federal decidiu simplesmente pela extinção do Ligue 180.

Considerando a crescente demanda, tal medida de aparente racionalidade do sistema se justificaria se o montante investido permanecesse, ao menos, igual à soma do aplicado anteriormente

nos dois serviços. Não foi isto que ocorreu, contudo.

Em 2020, as duas centrais de atendimento passaram a compartilhar o mesmo recurso orçamentário, com pagamento de R\$ 27,5 milhões para o total dos serviços. No orçamento de 2021, constam de R\$ 31,5 milhões, menos que o

A REDUÇÃO DOS RECURSOS PARA AS MULHERES É UMA MARCA DO PERÍODO PÓS-GOLPE. A PARTIR DE 2020, NÃO HÁ MAIS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

executado somente para o Ligue 180 em 2016.

Retrocessos nas políticas de atenção à saúde da mulher

A redução de recursos e as mudanças de foco na política de atenção integral à saúde da mulher comprometeram ações fundamentais para o enfrentamento à violência e a garantia de direitos sexuais e reprodutivos.

Além da redução de recursos, a partir do golpe, inúmeras medidas têm solapado os avanços nesta área. Em maio de 2019, o Ministério da Saúde tornou público um despacho proibindo o uso do termo violência obstétrica em suas normas e políticas. No mesmo mês, por meio do Decreto 9.795, extinguiu o departamento que, no Ministério da Saúde, cuidava da política de enfrentamento à epidemia de AIDS, transformado em coordenações (na lógica institucional do ministério, de menor importância), o que tende a dificultar ainda mais as mulheres a se protegerem do HIV e acessarem serviços e cuidados.

A humanização do atendimento às vítimas de violência sexual deixou de ser uma diretriz, como é exemplar a Portaria 2.282, substituída pela Portaria 2.561, ambas de 2020. Essa última, mesmo excluindo os excessos da primeira, mantém a recomendação de que médicos e profissionais da saúde notifiquem a polícia ao acolherem mulheres vítimas de estupro que procurem uma unidade de saúde pública para realizar seu direito. Determina que, no termo de consentimento que as pacientes assinam para fazer a interrupção da gestação, haja uma lista dos riscos e dos desconfortos decorrentes do procedimento.

O Brasil tem se posicionado consistentemente contrário aos

direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em conferências internacionais das Nações Unidas. A partir de 2019, com base em instruções emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores, representantes do Itamaraty nas várias instâncias das Nações Unidas passaram a manifestar veto ao uso do termo “gênero” em documentos multilaterais.

Em outubro de 2020, o Brasil se somou aos Estados Unidos, Uganda, Egito, Hungria e Indonésia na formulação de um documento, denominado Declaração de Genebra, cujo texto se opõe a políticas que preveem o acesso ao aborto e a favor do papel da família como fundamental para a sociedade.

Por fim, em março de 2021, durante a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Brasil se recusou a assinar declaração em favor da proteção dos direitos das mulheres e por avanços em ações de igualdade de gênero. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a recusa decorre de o governo brasileiro não apoiar “referências a termos e expressões ambíguas, tais como direitos sexuais e reprodutivos”.

Derrocada no mundo de trabalho femininos

Reduzir as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho foram objeto de várias medidas no período do PT. Desde o pós-golpe, e em especial no governo Bolsonaro, esta questão perdeu relevância e as medidas foram abandonadas.

O Programa Pró Equidade de Gênero, criado para estimular a adoção de ações em empresas de médio e grande porte para enfrentar todas as formas de discriminação, foi extinto após sua 6ª edição, que ocorreu entre 2016 e 2018, e na qual havia 122 empresas participantes.



RETROCESSO A Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande, inaugurada por Dilma. Apenas três outras foram concluídas e transferidas para os governos estaduais. Desde 2017, praticamente não há execução orçamentária

O importante impacto pró-formalização da PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72/2103 e Lei Complementar 150/2015) foi interrompido pela combinação de baixo dinamismo do mercado de trabalho com as reformas trabalhistas.

Em 2016, a parcela de domésticas com carteira assinada alcançou seu maior patamar (33%), passando a decrescer continuamente, até chegar a 28% em 2020. Em números absolutos, a perda foi de 636 mil empregos formais.

Declínio em outras ações governamentais para mulheres

A implementação de políticas para assegurar direitos e autonomia das trabalhadoras rurais foi uma marca dos governos do PT. Resultado das mobilizações das Marchas das Margaridas, as mulheres conquistaram o acesso à terra, com a titulação conjunta nos assentamentos da reforma agrária e crédito fundiário.

Também houve avanços com

o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que beneficiou cerca de 550 mil mulheres trabalhadoras rurais. Assim como o Programa de Organização Produtiva para as Mulheres do Campo da Floresta e das Águas.

Para combater a violência, foi institucionalizado o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do campo da Floresta e das águas e das Marés. Também foram criadas as Unidades Móveis de atendimento às Mulheres Rurais Vítimas de Violência e disponibilizados barcos, em parceria com a Caixa Econômica, para atendimento às mulheres ribeirinhas.

A partir do golpe, todas essas políticas e programas foram fragilizados, abandonados ou extintos. Para citar um exemplo, o programa de Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais foi extinto a partir do PPA 2020-2023, com o orçamento zerado a partir de então. •



GOVERNO DA FORÇA BRUTA

Desde a saída do PT do poder, os governos Temer e Bolsonaro atuaram para fragilizar as instituições e calar os dissidentes e opositores. A Lei de Acesso à Informação vem sendo podada, a participação popular foi desmantelada e a LSN usada para perseguir críticos do governo. Por fim, servidores estão sendo calados por resistirem aos desmandos

Em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovava o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff e a afastava definitivamente do poder. Era consumado então o Golpe de Estado contra a presidenta e a democracia brasileira. Desde então os desmontes e abusos perpetrados pelo poder vigente culminaram na inexistência do Estado Democrático de Direito e sua substituição pelo Estado de Exceção em que vivemos.

Não só nos grandes fatos, como a

perseguição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – preso injustamente por 580 dias, condenado ilegalmente e destituído de seus direitos políticos – ou a fraude das eleições de 2018, percebe-se as perdas decorrentes do Golpe de 2016. Os retrocessos enfrentados perpassam diferentes esferas, das jurídicas às sociais.

A Lei de Acesso a Informação vem sendo desmontada, os conselhos e conferências de participação social na gestão pública foram enfraquecidos ou extintos e crescem os descabros do Executivo no uso da Lei de Segurança Nacional.

Como se não bastasse, também tem ocorrido um aumento abusivo dos casos de assédio moral no serviço público.

Todos esses episódios são feitas do arbítrio e o desdobramento institucional do Golpe de 2016. Tais processos sinalizam abusos do Executivo e a absurda concentração de poder e o conseqüente afastamento da população das arenas decisórias da República.

Ao longo dos últimos cinco anos, a Lei de Acesso a Informações tem sofrido sucessivos reveses, deteriorando-se de forma paulatina e quase silenciosa. No governo Bolsonaro, no entanto, piorou de forma mais acelerada e explícita, tendo sido adotadas medidas claras na contramão da abertura de dados.

Em janeiro de 2019, logo nos primeiros dias de mandato, o governo editou decreto ampliando significativamente o número de autoridades autorizadas a classificar informações e documentos como ultrassecretos. Depois de a Câmara dos Deputados aprovar a urgência de um Projeto de Decreto Legislativo que sustava os efeitos da norma e de receber muitas críticas da sociedade civil, o governo voltou atrás e revogou o regulamento.

Em março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro editou medida provisória suspendendo, em determinados casos, os prazos para respostas aos pedidos de acessos à informação. Mais uma vez o normativo recebeu inúmeras críticas, inclusive da comunidade internacional, e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal concedeu liminar, confirmada pelo plenário da corte, derrubando as restrições impostas pela malfadada MP.

Em outra ação lamentável, o governo Bolsonaro classificou como sigilosos todos pareceres jurídicos relacionados a vetos e sanções presidenciais, sob a alegação de

que se tratavam de documentos protegidos pela relação cliente e advogado. A decisão representou uma mudança de posição da Controladoria Geral da União (CGU), que antes havia se pronunciado pela liberação dos documentos.

Estudo elaborado pela organização da sociedade civil Transparência Brasil mostra que a CGU deferia 27% dos recursos que lhe eram apresentados no governo Dilma, passando a dar provimento a cerca de 7% dos recursos no governo Temer, número que pas-

DESDE O INÍCIO DO SEU MANDATO, BOLSONARO REDUZIU A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM TODOS OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

sou a oscilar em torno de 14% na administração do presidente genocida. Os dados mostram também que, em 2020, a taxa média de pedidos concedidos com base na LAI foi de 58%, contra uma média de 71,3% verificada entre 2016 e 2019.

Por fim, há um número crescente de negativas baseadas em alegações, tais como: pedido “desarrazoado”, “genérico”, “desproporcional”, “que demanda trabalho adicional”. Apesar de encontrarem fundamento no de-

creto que regulamenta a LAI, tais justificativas apresentam curva ascendente constante desde o final do governo Dilma, o que denota a utilização de subterfúgios legais para negar solicitações de acesso.

Desmonte das instâncias de participação social

Os governos Temer e Bolsonaro abriram ainda um processo de retirada de direitos individuais, coletivos e sociais da população brasileira. Ademais, desencadearam um processo de desmonte dos conselhos setoriais e temáticos, de suas conferências e na participação popular na gestão pública.

O governo autoritário de Bolsonaro, já no início de seu mandato, editou o Decreto 9759/2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquicas e fundacionais.

Na prática, com este decreto, conhecido popularmente como Revogação, Bolsonaro extinguiu todos os órgãos colegiados – conselhos, comissões e comitês – com participação da sociedade civil na administração pública federal que foram criados por decreto.

Aqueles que tinham previsão por lei passaram a ser descaracterizados e esvaziados, com mudanças na sua competência, composição, na forma de escolha dos representantes da sociedade – por indicação do governo e até por sorteio –, controle e contingenciamento dos seus fundos e orçamentos, entre outras medidas.

Os conselhos são conquistas da Constituição Federal de 1988, que prevê, em seu artigo 10: “É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”.

Como exemplos deste retrocesso, cabe lembrar a extinção

dos conselho nacional de Segurança Alimentar (Consea) e de Política Indigenista. A representação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) foi reduzida de 96 para 23 cadeiras, de 21 conselheiros da sociedade e entidades de trabalhadores para apenas quatro membros da sociedade civil escolhidos por sorteio.

As bancadas do PT na Câmara Federal e no Senado entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-6121), no Supremo Tribunal Federal, que deferiu liminar limitando a eficácia do decreto apenas para atos inferiores a leis, mas ainda não há uma decisão definitiva do STF sobre sua constitucionalidade. Entre 11 e 17 de abril, as entidades e militantes do campo da participação social promoveram a “Semana de Descomemoração de dois anos do Decreto 9759/2019”.

No momento em que o PT, PCdoB e PSOL, os demais partidos de esquerda, junto com movimentos sociais e setores democráticos da sociedade buscam unir forças para construir uma maioria política e social para o Fora Bolsonaro, e Lula recupera seus direitos políticos para liderar a reconstrução do país, é fundamental a construção de um programa que tenha como um dos eixos estruturantes a participação direta da população por meio de um processo de radicalização da democracia com orçamento participativo nacional, conferências setoriais e temáticas com caráter deliberativo e garantia da execução das suas deliberações.

Lei de Segurança Nacional

Desde o ano passado, são crescentes os abusos com a Lei 7.170/83, conhecida como Lei de Segurança Nacional, que entrou em vigor no final da ditadura militar, sancionada pelo último general do regime a presidir o país, João Baptista Figueiredo, com o objetivo de conter e controlar os

movimentos sociais em ascensão, reafirmando a doutrina de segurança nacional formulada pela Escola Superior de Guerra.

Nascida como um dispositivo que dificulta as garantias individuais necessárias a um regime democrático, a lei tem sido utilizada pelo governo Bolsonaro de forma reiterada contra adversários políticos, para embasar pedidos de investigação contra jornalistas – como o chargista Renato Aroeira, processado por um cartum – e críticos ao governo, professores das universidades e manifestantes.

Um quadro de crescimento ver-

NO BOJO DAS CONSEQUÊNCIAS DO GOLPE DE 2016, O ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL TEM CRESCIDO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

iginoso da prática inconstitucional e ilegal empreendida por autoridades policiais, estaduais e por ministros de Estado, de forçar o enquadramento, como crime contra a segurança nacional, de mera manifestação de opinião política, com notório viés persecutório de intimidação dos opositores ao governo e ao presidente, em franca ameaça aos mais caros fundamentos do Estado Democrático.

O respeito à Constituição, aos

instrumentos internacionais e aos parâmetros interamericanos estabelecidos pela jurisprudência da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos exigem a revisão dessa lei, considerando o emprego elástico de seus dispositivos um desvio para a instauração de investigações que revelam uma tendência de intolerância à participação política de todos que discordam da conduta do governo de ocasião.

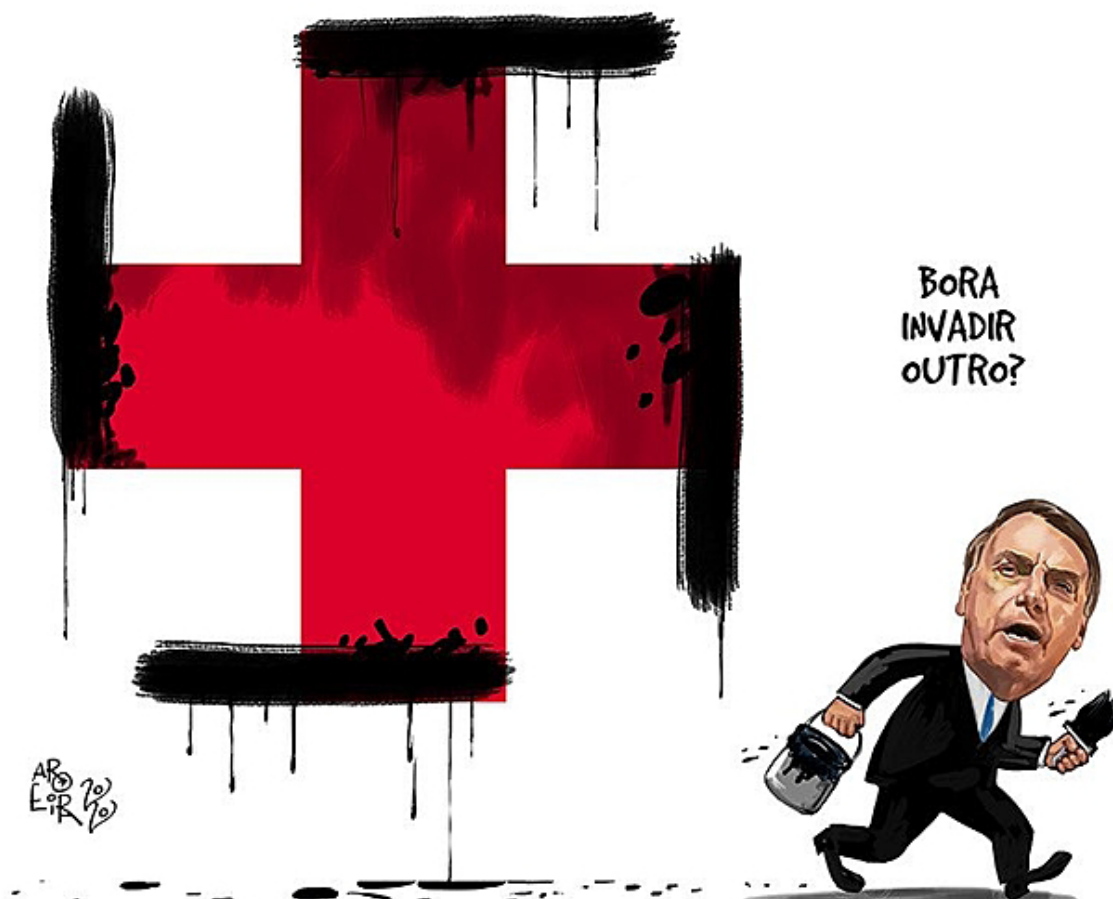
Existem quatro ações declaratórias de preceito fundamental ajuizadas no Supremo Tribunal Federal por partidos políticos pedindo a integral ou parcial declaração de incompatibilidade da Lei de Segurança Nacional com a ordem constitucional vigente e o Estado Democrático de Direito e a liberdade de expressão e de pensamento. Ao mesmo tempo, há no Congresso um projeto que a revoga totalmente.

Perseguição aos servidores

No bojo das consequências do Golpe de 2016, o assédio moral no serviço público tem crescido exponencialmente nos últimos cinco anos, em especial nos últimos dois anos e meio sob a gestão de Bolsonaro, que promove o mais completo processo de ataque à profissionalização do serviço público, desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

O ataque aos servidores públicos federais está inserido em um contexto de subordinação dos interesses do Estado brasileiro aos interesses privados. Isso revela um processo mais amplo de degradação institucional pelo qual padece o Poder Executivo Federal na atual gestão.

É nesse quadro de captura da República pelos interesses privados que cresce o ambiente de perseguição dos servidores públicos, de modo a fragilizar a estrutura do Estado para que não tenha condições de reagir aos ataques



daqueles que desejam se apropriar da coisa pública.

Trata-se de um processo de subversão da lógica que permitiu a criação do Estado moderno e que inspirou o Constituinte de 1988, que teve o cuidado de erigir os princípios da administração pública do país como expressão maior do princípio republicano.

Para além de um projeto de captura do Estado, o assédio moral no serviço público é revelador da faceta autoritária e saudosista do totalitarismo do atual governo, que flerta constantemente com a violação à ordem democrática, promotor de desarmonia entre os Poderes da República.

Em menos de dois anos e meio, foram mais de 700 denúncias de assédio moral no serviço público no Executivo Federal. É mais de uma denúncia por dia. Um quadro sem precedentes desde a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a estabilidade no serviço público como uma garantia para

evitar a captura do Estado pelo interesse privado e para que o servidor possa sempre atuar pautado pelo interesse público no cumprimento de suas funções.

O quadro atual traz exemplos dramáticos. Professores universitários são compelidos a se retratar por críticas formuladas à condução de políticas executadas pela atual gestão federal. Servidores são exonerados por denunciar infrações administrativas. Outros são processados por se negarem a atender pedidos ilegais e que não compactuam com ideologias reducionistas, negacionistas e antidemocráticas.

Tudo isso evidencia um estado de coisas absolutamente inconstitucional na gestão federal. Embora o atual governo não se dedique à administração da coisa pública, mas à construção de narrativas para dar suporte a um projeto de destruição do Estado, o resultado danoso ao tecido institucional trançado e costurado pela Assem-

bléia Constituinte, em pouco mais de dois anos de governo, é bem maior que a estrutura institucional é capaz de responder. Isso indica uma dificuldade de recuperação ao fim desse ciclo.

Não há saída que não passe pela denúncia dessas práticas nefastas, que são utilizadas com o propósito de ocupar o espaço público como suporte da perpetuação no poder de um governo que se pauta exclusivamente pelo fim do bem-estar social, em grave conflito com o disposto na Constituição Federal de 1988, e que prioriza um projeto neoliberal que coloca em risco a segurança sanitária, climática e alimentar da população brasileira.

A solução está em fazer prevalecer a Constituição de 1988 sem qualquer atropelo, exigindo a firme atuação dos órgãos de proteção e garantia da ordem democrática e dos princípios republicanos, em especial o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal. •



**A LEI DE DEFESA DO ESTADO
DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

É chegada a hora de o país soterrar a Lei de Segurança Nacional, um entulho autoritário da ditadura. A nova proposta de Paulo Teixeira, aprovada na Câmara, promove inegável avanço democrático e civilizatório em relação à lei vigente

Por Pedro Serrano

A Lei de Segurança Nacional é um entulho autoritário de 1983 que, fundamentada na Carta militar de 1969, é incompatível com o regime democrático da Constituição de 1988. Hibernada por longos anos, a vetusta LSN voltou a ser manipulada para instrumentalizar perseguições, intimidações e neutralização de crítica política.

Além de inspirar-se no combate à figura de um inimigo que, supostamente, ameaça a sobrevivência do Estado, a hipernomia decorrente de conceitos jurídicos indeterminados outorgam ao aplicador da lei o ilegítimo poder de conferir extensão e alcance ao sabor dos interesses extrajurídicos momentâneos.

Quase todas as condutas que fogem ao banal são passíveis de criminalização pela Lei de Segurança Nacional. Basta que, com alguma interpretação jurídica, assim deseje o soberano. Por fim, a lei criminaliza condutas inerentes e desejáveis à livre participação na vida da polis, contrariando, exemplificativamente, as liberdades constitucionais de expressão, manifestação, reunião e de associação e, por fim, o direito de resistência.

Concomitantemente à tramitação, no Supremo Tribunal Federal (STF), de Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental que visam declarar a não recepção da Lei pela Constituição de 1988, elaboramos, em conjunto com juristas, professores e advogados de diversas ins-

tituições, um anteprojeto de Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, o que deu origem ao Projeto de Lei 3.864/2020, de iniciativa do deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

Inspirados na legislação europeia – em especial de países tais como Alemanha, Portugal e França – e latino-americana, propomos criminalizar, de forma propositalmente concisa, minimalista e com rigorosa delimitação do alcance dos tipos penais, excepcionálíssimas condutas violentas e efetivamente perturbadoras do regular funcionamento dos poderes do Estado e das instituições democráticas.

Atentos à possível desvirtuação hermenêutica, propomos vedar, expressamente, qualquer pretensão criminalizatória decorrente de crítica aos poderes constituídos e de reivindicação de direitos, inclusive através de protestos, associações civis e movimentos sociais.

Na Câmara dos Deputados prevaleceu, para fins de discussão legislativa, a proposta realizada nos idos de 2002 pelo então Ministro da Justiça, Miguel Reale Jr., a qual, valendo-se de uma nova roupagem, envernizou, sem depurar, as bases autoritárias da Lei de Segurança Nacional.

Não se furtando ao debate com entidades da sociedade civil e movimentos sociais, importantes aperfeiçoamentos foram realizados em decorrência de iniciativas da deputada Margarete Coelho (PP-PI), tendo Paulo Teixeira capitaneado importantes melhorias através de diálogos com juristas de diversas instituições e áreas do Direito.

Os aprimoramentos realizados na Câmara afastaram, em alguma extensão, severas influências e resquícios da LSN. A indeterminabilidade de palavras e expressões ameaçavam transformar o remédio em veneno.

Além do mais, foi preciso nos posicionarmos contra a superada relação entre segurança e inimigos externos com as relações domésticas. Longe de nos depararmos, contemporaneamente, com conflitos no plano da segurança internacional, a defesa do Estado Democrático de Direito é uma exigência que se impõe em razão dos severos equívocos que estamos vivenciando na aplicação da LSN e das provocações, também capitaneadas por agentes e órgãos do Estado, elogiosas e instigadoras de golpes de Estado.

Assim considerando, o Senado Federal, no exercício das suas relevantes missões institucionais, deve – sem dar margem à necessidade de reanálise do Projeto de Lei pela Câmara dos Deputados – aprovar a proposição legislativa que se apresenta como relevante marco de defesa do Estado democrático de Direito. Trata-se de um projeto adequado que, muito embora distante do modelo ideal, promove inegável avanço democrático e civilizatório em relação à lei vigente. •

Bacharel, mestre e doutor em Direito do Estado pela PUC-SP, tem pós-doutorado em Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Ciência Política, pelo Institut Catholique, de Paris, e em Direito Público pela Université Paris Nanterre. É professor de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Direito na graduação, mestrado e doutorado da PUC-SP



Reprodução

CORAGEM, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O caso do governador Eduardo Leite e do ex-prefeito Pete Buttigieg, de South Bend, Indiana. Quero saber em que medida a revelação afetará a vida pública de Leite. Será que ele agora vai denunciar claramente o Bolsonaro por sua homofobia, por seus ataques aos políticos corajosos como Jean Wyllys?



Joe Buglewicz / Associated Press

Por James N. Green

Quando Pete Buttigieg começou a concorrer à indicação do Partido Democrata para a Presidência nos EUA, tive um sentimento de profunda ambivalência. Por um lado, o apoio popular que ele recebeu na primeira corrida das primárias em Iowa foi surpreendente, dada a natureza conservadora geral do Meio-Oeste. Fiquei satisfeito que um candidato abertamente gay pudesse se candidatar, falar sobre seu marido e não ser considerado um político marginalizado.

Mesmo assim, eu não estava muito animado com seu programa ou visão para os EUA, pois eles eram muito moderados da minha perspectiva. Entretanto, ele falou claramente em defesa dos direitos LGBTQ+, foi muito firme em sua oposição a Trump e se tornou uma parte importante da coalizão que o derrotou em 2020.

Não fiquei surpreso com o anúncio de Eduardo Leite, visto que ele era candidato à Presidência nas primárias do PSDB. Como entre as pessoas “entendidas” (por isso a origem do uso da palavra) sabia-se há muito tempo que era gay, parecia que ele estava apenas fazendo um “controle de danos” e escolhendo com cuidado o melhor momento para “sair do armário” com tempo suficiente para solidificar suas chances de ser o candidato presidencial do PSDB na eleições de 2022.

Nem fiquei surpreso quando ele declarou que não era um governador gay, mas um governador que por acaso era gay. Segundo meus amigos de Porto Alegre, embora ele não negasse que era gay nas inferências feitas por opositores políticos, ele não era um defensor dos direitos LGBTQ+. Além disso, suas políticas para professores de escolas públicas, entre outros funcionários públicos, têm sido horríveis.

Pior, ele apoiou Jair Bolsonaro em 2018, quando não era segre-

do quais seriam as políticas presidenciais de Bolsonaro. Todos no Brasil viram Bolsonaro defender a ditadura militar e o torturador de Dilma Rousseff durante a votação de impeachment na Câmara dos Deputados em 2016. É como um apoiador de Trump dizendo hoje: “Opa, não sabia que ele era tão mau”. Entre as muitas coisas que Trump e Bolsonaro têm em comum está sua característica de dizer o que realmente pensam e vão fazer ou tentar fazer.

Fico feliz que Leite tenha um namorado bonito e que ele final-

O GOVERNADOR EDUARDO LEITE APOIOU BOLSONARO, QUANDO NÃO ERA SEGREDO QUAIS SERIAM SUAS POLÍTICAS PRESIDENCIAIS

mente possa ser aberto sobre sua vida pessoal. Assumir-se geralmente torna as pessoas mais felizes e mais bem ajustadas, pois elas não precisam mais esconder, mentir ou enganar. E pode ser preciso coragem, como tantos afirmaram sobre a declaração de Leite.

Se hoje Leite pode se declarar parte da frente anti-Bolsonaro, ele permanece firmemente no campo dos que promovem uma falsa narrativa: o país está polarizado entre Bolsonaro e Lula e devemos ofere-

cer uma terceira via moderada.

Qual é o programa exato da terceira via senão a promoção de candidatos que são defensores “modernos” do status quo. Qual é o programa de defesa dos direitos LGBTQ+? Qual é o programa para combater a desigualdade econômica e social e o racismo? Qual é o programa para defender a Amazônia da devastação? Qual é o programa de luta contra as mentiras e o ódio promovido por Bolsonaro e seus aliados?

Os debates que circularam na imprensa e nas redes sociais sobre a declaração de Leite e que mais me convenceram são aqueles que deixam claro que, só porque um político é abertamente gay ou lésbica, pouco adianta se suas políticas públicas não atenderem às necessidades da esmagadora maioria dos gays, lésbicas e trans. Não apenas no enfrentamento da homofobia do dia a dia, mas também na estrutura social que torna suas vidas em geral tão difíceis.

Quero saber em que medida a “revelação” afetará a vida pública de Leite. Será que ele agora vai denunciar claramente o Bolsonaro por sua homofobia, por seus ataques aos políticos corajosos como Jean Wyllys, que diariamente enfrentava a direita radical no Congresso com milhares de ataques abertamente homofóbicos e ameaças constantes ao morte?

Isso é o que realmente requer coragem. Não apenas ignorando os recentes comentários de Bolsonaro contra ele ou chamando-o de imbecil, mas enfrentando-o e tudo o que ele representa e explicando ao eleitorado por que Leite estava tão errado em apoiá-lo em 2018.

Do contrário, seu anúncio será tão significativo quanto foi o tempo do designer Clodovil como deputado federal: “Cheio de som e fúria que nada (ou pouco) significa”. •

Historiador especializado em estudos latino-americanos e brasileiro, é ativista dos direitos LGBT norte-americano.



O VÍRUS MORTAL DO BLOQUEIO CONTRA CUBA

Até agora a administração de Joe Biden não moveu nem um milímetro as sanções econômicas há mais de 60 anos sentidas pela população cubana. Sabemos que, para a elite do poder da nação vizinha, a única coisa que sempre os interessou na ilha foi recuperar a hegemonia que perderam em 1º de janeiro de 1959

Por Elier Ramirez Cañedo

Se eles – o povo cubano – sentirem fome, expulsarão Castro”, comentou o presidente Dwight D. Eisenhower numa reunião com alguns dos seus principais conselheiros na Casa Branca, em 25 de janeiro de 1960. A data não é de modo algum insignificante. Nessa altura, as relações diplomáticas com a URSS ainda não existiam, as nacionalizações mais extensas de propriedades norte-americanas na ilha ainda não tinham tido lugar e o carácter socialista do processo cubano também não tinha sido declarado. Contudo, o governo norte-americano já tinha lançado a sua aposta desde os primeiros meses de 1959: usar todo o seu poder para derrubar a nascente Revolução Cubana. As medidas coercivas de natureza econômica teriam, imediatamente, um peso significativo nas propostas para

o percurso a seguir em relação a Cuba, nos círculos de poder nos Estados Unidos.

Quando, em 3 de fevereiro de 1962, o presidente John Kennedy

**A GUERRA
ECONÔMICA
CONTRA A
ILHA ESTÁ EM
CURSO DESDE
1959, QUANDO
EISENHOWER
ACONSELHOU A
CASA BRANCA**

assinou a Ordem Executiva Presidencial 3447, que oficializou o bloqueio total do comércio com Cuba, a guerra econômica contra a ilha já estava em curso desde 1959. E, naquele momento, atingia um ponto de ascensão no amadurecimento de todo o sistema de agressão econômica que os Estados Unidos tinham implantado contra a maior das Antilhas.

Sem dúvida, o amplo regime de sanções econômicas, conhecido como o Bloqueio, tem sido a pedra angular da política dos EUA contra Cuba há mais de seis décadas. As perdas econômicas atingiram números exorbitantes, mas o custo humano foi incalculável. O seu impacto nas pessoas – mais de 70% da população cubana nasceu sob o bloqueio –, prejudicou também os laços entre famílias de ambos os lados do Estreito da Florida e afetou os americanos interessados em viajar, comercializar ou cooperar com Cuba em diferentes áreas importantes como a

ciência, educação e cultura.

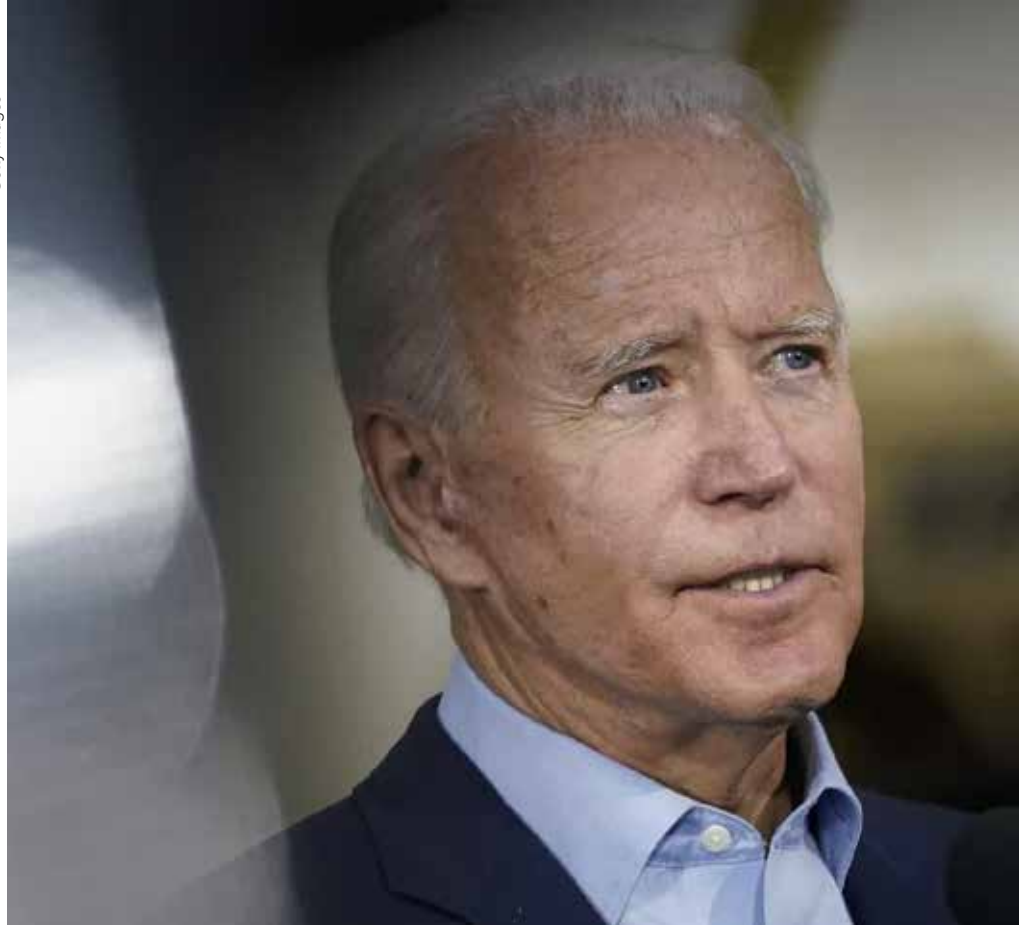
No entanto, apesar dos danos insondáveis causados pelo bloqueio, a ilha derrubou todos os muros da impossibilidade, levando a solidariedade aos lugares mais inesperados do mundo, porque se há uma coisa que o bloqueio não conseguiu parar, são os valores altruísta e internacionalista do povo cubano. Uma das mais recentes realizações científicas da Ilha, no campo da biotecnologia – graças à visão estratégica de Fidel Castro – foi a criação de cinco candidatos a vacinas – duas delas já confirmadas como imunizantes – para enfrentar o vírus Sars-Cov-2. Os médicos cubanos escreveram páginas verdadeiramente épicas na luta contra o vírus Ebola, na África, e agora estão fazendo no confronto à pandemia do coronavírus em mais de 50 nações.

Quando vemos estas conquistas e muitas outras que nos encham de orgulho, não podemos ao mesmo tempo deixar de nos perguntar até que ponto cubanos, americanos e milhões de outras pessoas no mundo poderiam ter sido beneficiados se não tivesse havido o criminoso bloqueio que o povo cubano sofreu durante mais de 60 anos como o principal obstáculo ao seu desenvolvimento.

Até onde poderia ter ido esta pequena e ao mesmo tempo gigantesca Ilha do Caribe, se apesar dos enormes obstáculos impostos pela principal potência mundial, conseguiu não só resistir, mas também criar em benefício do seu povo e de toda a humanidade?

A verdade é que o bloqueio ainda está lá, como uma adaga na garganta dos cubanos. A administração Trump levou a aplicação do bloqueio a limites insuspeitos e sem precedentes. Tentou de todas as formas possíveis estrangular economicamente a ilha. Mais de 240 medidas unilaterais foram aplicadas durante o seu mandato,

Getty Images



que não só continuou durante o início e desenvolvimento da pandemia Covid-19, como também se intensificou ainda mais.

O triunfo de Joe Biden, pelo Partido Democrata, nas eleições presidenciais americanas, embora tenha sido um sopro de ar fresco

para o mundo e desencadeado esperanças de uma mudança na política em relação a Cuba, na realidade, até agora a nova administração não moveu nem um milímetro as sanções econômicas que hoje estão sendo sentidas muito fortemente pela população cubana devido aos múltiplos efeitos da crise provocada pela pandemia.

Parece, pelas declarações de alguns funcionários da administração Biden, que o foco da sua política em Cuba será, uma vez mais, a questão dos direitos humanos. Neste sentido, muitos de nós continuam a interrogar-se como é possível que os Estados Unidos finjam defender os direitos humanos negando o direito à subsistência a todo um povo, por meio de um regime de sanções econômicas que tem procurado precisamente provocar a fome e o desespero, de forma flagrante, maciça e sistemática, violando os direitos humanos de milhões de cubanos durante décadas. Mas tudo isso tem sido parte do cinismo e da duplicidade de critérios que têm caracterizado a política externa dos EUA, não só em relação a Cuba, mas também

**PARA A ELITE
DO PODER DA
NAÇÃO VIZINHA,
A ÚNICA COISA
QUE SEMPRE
OS INTERESSOU
EM CUBA FOI
RECUPERAR A
HEGEMONIA**



Getty Images

NADA MUDOU

Desde a posse do presidente Joe Biden, no início do ano, a política externa dos Estados Unidos em relação à Cuba, presidida por Miguel Díaz-Canel, não mudou nada em relação à administração do republicano Donald Trump. Como é possível que os EUA finjam defender os direitos humanos negando o direito à subsistência a todo um povo, por meio de um regime de sanções econômicas

em relação a muitas outras nações do mundo que se rebelaram contra a ordem do domínio imperial existente.

Com base em um conhecimento mínimo da história e das essências que têm caracterizado a projeção internacional do imperialismo americano, pode alguém acreditar que o governo daquele país está realmente interessado nos direitos humanos em Cuba? Ou na forma como o seu sistema político está organizado, quer haja um ou mais partidos e outras questões que fazem parte da retórica do seu discurso oficial?

Sabemos que, para a elite do poder da nação vizinha, a única coisa que sempre os interessou em Cuba foi recuperar a hegemonia que perderam em 1º de janeiro de 1959.

Por outro lado, basta olhar para outras realidades do nosso continente, para países onde hoje em dia se praticam assassinatos e torturas políticas, desaparecimentos forçados, aonde os jovens perdem os olhos devido às balas de borracha utilizadas na repressão de ma-

nifestações, aonde os direitos humanos mais elementares são violados todos os dias... E o governo dos Estados Unidos não só não aplica qualquer tipo de sanção econômica contra eles, como nem sequer se pronuncia. Quando se trata de governos que respondem à lógica de dominação de Washington, estas realidades são invisíveis.

Se um dia os Estados Unidos abandonassem a política de instrumentalização e de duplicidade de critérios dos direitos humanos em Cuba, como parte da sua estratégia de mudança de regime, e pensassem seriamente em como ajudar a garantir esses direitos humanos na ilha, no seu próprio país e no mundo, não só levantaria imediatamente o bloqueio econômico, como encontraria o melhor aliado a 90 milhas das suas costas para enfrentar o grande desafio que hoje significa garantir os direitos humanos de milhões de pessoas, especialmente as mais básicas, o direito à vida, hoje mais ameaçado do que nunca.

Em 23 de Junho, a Assem-

bleia Geral da ONU rejeitou por esmagadora maioria o bloqueio contra Cuba pela 29ª vez. Foi lamentável que governos da região, como o Brasil e a Colômbia, que tradicionalmente têm apoiado a resolução cubana contra o bloqueio desde 1992, tenham adotado uma posição submissa e covarde de abstenção, tão distante dos desejos e sentimentos dos seus povos, sempre irmãos queridos do povo cubano e das suas lutas.

Como concluiu o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Bruno Rodríguez Parrilla, em seu discurso perante a Assembleia Geral da ONU, no mês passado, em 23 de junho: "Tal como o vírus, o bloqueio sufoca e mata, e tem de acabar!" •

Historiador, mestre e doutor em História, é coautor das obras "El Autonomismo en las horas cruciales de la nación cubana" e "De la confrontación a los intentos de normalización", dentre outros livros. É autor de "El Che y las relaciones Cuba-Estados Unidos en los años 60" y "Cuba y su emigración". É membro da UNEAC, UNHIC, UPEC e ADHILAC, integra o Tribunal Nacional de Doutorados em Ciencias Políticas e é deputado na Assembleia Nacional.

MÚSICA



PIAZZOLLA

O CENTENÁRIO DO MESTRE ARGENTINO

Por Alberto Cantalice

Na efervescente Buenos Aires dos anos 20, mais especificamente em 11 de março de 1921, nascia na província de Mar del Plata, Astor Pantaléon Piazzola, filho de um casal de imigrantes italianos. Criado nos Estados Unidos, para onde a família emigrou, foi lá que Piazzola travou os primeiros contatos com a música. Iniciou seus primeiros passos aprendendo piano. Mas foi ao ganhar de presente, aos 12 anos, um bandoneón do pai, que o mestre começou a recriar o estilo que lhe deu universalidade.

Por incrível coincidência, foi em Nova York que Piazzola conheceu um dos grandes inspiradores de sua carreira: o cantor Carlos Gardel. Ele estava na cidade para gravar o filme *El Dia Que Me Queiras*, onde o jovem músico atuou, fazendo uma ponta como entregador de jornal. Reza a lenda que Gardel, ao ouvi-lo tocar bandoneón, o convidou imediatamente para participar de sua turnê pelas Américas. O convite foi prontamente recusado pelo pai do jovem Astor, pela sua pouca idade na época.

Estranhando e ao mesmo tempo admirando o jovem bandoneonista, Gardel foi profético ao antever que o menino teria uma brilhante carreira pela frente. O que de fato aconteceu.

Considerado incontestavelmente como um dos principais, se não o principal compositor e instrumentista da Argentina – e um dos maiores no mundo –, Piazzola foi muito contestado no início da longa carreira pelas inovações que incorporava ao tango, considerado uma “entidade” para os hermanos.

Ele foi chamado de assassino do tango, sendo não apenas atacado pela imprensa porteña, como insultado nas ruas de

Buenos Aires. A “descoberta” de sua genialidade por seu próprio povo se deu muito depois de iniciada sua carreira. Há que se destacar que Piazzola, quando aceito como grande músico em seu país de origem, já tinha uma longa e exitosa carreira na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil.

Em 1959, ao voltar de Paris, depois de receber a notícia da morte do pai, trancou-se em um quarto da casa e ao longo de uma noite insone compôs aquela

O MENINO ASTOR FOI DESCOBERTO POR GARDEL EM NOVA YORK. ELE ANTEVIU O SUCESSO DA CRIANÇA QUE REVOLUCIONARIA O TANGO

que é considerada uma de suas obras-primas: “Adiós Noniño”.

Inesquecível entre nós, algumas de suas composições foram usadas como parte da trilha sonora do filme “Toda Nudez Será Castigada”, dirigido por Arnaldo Jabor e baseada na obra do dramaturgo Nelson Rodrigues. A canção “Fuga número 9”, foi agraciada na época com a Menção Especial do Juri no Festival de Berlim, como melhor trilha sonora do ano de 1973.

A sonoridade de Piazzola ganhou os salões sendo aclamada

em seguidas apresentações nos principais teatros e casas de espetáculo ao redor do mundo. Em meados de 1975, o autor tem uma espécie de epifania criativa e compõe *Libertango*, uma verdadeira reinvenção da música popular do cinturão de Buenos Aires.

Fumante inveterado desde a juventude, Piazzola sofreu um derrame cerebral, em 4 de agosto de 1990, em um apartamento em que morava na cidade de Paris. Em seguida, entrou em estado de coma e não resistiu, vindo a falecer em 4 de julho de 1992.

Autor de mais de 2 mil músicas e tendo gravado mais de 70 discos, Piazzola foi resgatado posteriormente, como uma espécie de autocrítica argentina. Hoje, é símbolo e referência, como o grande músico e arranjador. E virou uma quase unanimidade em seu país. Além de ser recorrentemente tocado por orquestras das mais relevantes cidades do planeta.

Como parte da comemoração pelo seu centenário de nascimento, a Fundação Clóvis Salgado, de Minas Gerais exibiu em suas páginas da internet um vídeo inédito de “Verano Porteño”, um dos clássicos do mestre.

Os jornais, rádios e TVs da Argentina lembraram a trajetória e a vida do grande músico. O jornal *Página 12*, de Buenos Aires, publicou também uma longa resenha do livro “Astor Piazzola – Momentos” dos escritores María Seoane e Victor Hugo Morales, da Editorial Octubre, ainda sem tradução para o Brasil.

O Teatro Colón, de Buenos Aires, realizou uma série de homenagens com apresentações de grupos musicais e orquestras sinfônicas entre 27 de março e 23 de maio, dedicada à obra do maestro. A criatividade, inovação e genialidade de Piazzola atravessaram e continuarão atravessando gerações. •



9 de julho de 1932

SP PEGA EM ARMAS CONTRA GOVERNO FEDERAL

“Neste momento, assumimos as supremas responsabilidades do comando das forças revolucionárias, empenhadas na luta pela imediata constitucionalização do país”. Assim começa o comunicado ao povo paulista, assinado conjuntamente pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo coronel Euclides Figueiredo, informando sobre o rompimento paulista com Getúlio Vargas. Dentro do estado, o apoio das tropas federais, da força pública e das elites econômicas e políticas foi total. O interventor Pedro de Toledo aderiu à rebelião, renunciando ao cargo. Em seguida, foi aclamado governador. Foram 87 dias de combates. Em 2 de outubro, em Cruzeiro, as tropas paulistas se rendem. No dia seguinte, 3 de outubro, assinam a rendição.

10 de julho de 1934

GOVERNO NACIONALIZA ÁGUAS E SUBSOLO

O governo Getúlio Vargas dá um passo importante para incentivar a industrialização do país, ao baixar os decretos de Minas e o de Águas, assumindo o controle dos recursos minerais. A partir disso, a propriedade do solo não implica mais a posse do subsolo, dos cursos dos rios e quedas-d'água. Ou seja, todos os minérios e metais preciosos sob a terra e todos os cursos d'água, fontes de água mineral, rios, cachoeiras, praias e lagoas são patrimônio do povo. As regras para exploração seriam ainda definidas pelo governo. Os novos códigos de Minas e de Águas foram gerados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

11 de julho de 1935

GOVERNO DECRETA ILEGALIDADE DA ANL

Apoiado na Lei de Segurança Nacional, Getúlio decreta o fechamento todos os núcleos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Brasil, enquanto se processa o cancelamento de seu registro. Ao mesmo tempo, cede o prédio do Instituto Nacional de Música aos integralistas, para que realizem a cerimônia de encerramento do seu congresso no Rio – demonstrando que o governo está disposto a impedir o avanço da esquerda.

13 de julho de 1962

PRESIDENTE SANCIONA A LEI DO 13º SALÁRIO

O Congresso aprova, e o presidente João Goulart sanciona lei que institui a gratificação de Natal, ou o “13º salário”. A Lei 4.090/1962 é assinada apenas 12 dias após a queda do gabinete parlamentarista, presidido por Tancredo Neves. Jango ratificava assim seu compromisso com o movimento sindical, que desde o ano interior vinha promovendo intensa mobilização pela aprovação do projeto.

12 de julho de 2016

O MOVIMENTO NEGRO PERDE LUIZA BAIROS

Ex-ministra ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) no governo Dilma Rousseff, Luiza Bairros faleceu em Porto Alegre no dia 12 de julho de 2016, em decorrência de um câncer no pulmão. Luiza foi uma brava militante do movimento negro e da luta das mulheres negras e um dos grandes nomes do Brasil na luta contra o racismo e o sexismo.

Reprodução IBGE/Memorial da Democracia



15 de julho de 1985

'BRASIL: NUNCA MAIS' RECUPERA A VERDADE

É publicado o livro "Brasil: Nunca Mais", que resume as principais conclusões do Projeto Brasil: Nunca Mais, coordenado pelo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Durante seis anos, de 1979 a 1985, o projeto fez, de forma clandestina e em condições adversas, um levantamento amplo das violações de direitos humanos cometidas pela ditadura militar.

Foram sistematizadas informações de mais de 1 milhão de páginas de cerca de 700 processos do Superior Tribunal Militar, onde eram julgados os réus processados por crimes políticos. Foram também colhidos centenas de depoimentos e pesquisados outros arquivos públicos no Brasil e no exterior. O livro publicado pela Editora Vozes é uma súmula do acervo de 12 volumes do projeto e teve forte impacto na sociedade com a dureza de suas revelações.

Mais de 1.800 casos de tortura e de desaparecimentos de 125 pessoas no período foram documentados. Estes números seriam ampliados no futuro por novos levantamentos. O material facilitou os trabalhos de historiadores, enriqueceu os arquivos públicos e subsidiou as ações da Comissão Nacional da Anistia (2001) e da Comissão Nacional da Verdade (2010). É leitura fundamental para quem deseja compreender adequadamente esse triste período da história do Brasil.

15 de julho de 2010

MIGRANTE VOLTA PARA O NORDESTE

Estudo do IBGE revelou que, desde 2001, o Nordeste é a região com mais migrantes que voltam à cidade de origem, intensificando fluxos de retorno iniciados na década de 1990. Além disso, o número de nordestinos que emigram para as demais regiões é menor, com o declínio do potencial atrativo do Sudeste e o aumento da migração intrarregional, especialmente para cidades médias (de até 500 mil habitantes). As migrações internas no Brasil caíram 37,5% de 2001 a 2009. O fenômeno se explica pelo modelo de crescimento baseado no desenvolvimento regional, nas ofertas de emprego espalhadas pelo país e na multiplicação de polos econômicos e industriais, especialmente no Nordeste. Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba foram os estados nordestinos com maior retorno de migrantes, com índices superiores a 20%.



30 ANOS SEM GONZAGUINHA

Olímpio

Por Alberto Cantalice

Em 29 de abril de 1991, em um acidente de carro ocorrido no interior do estado do Paraná morreria um dos mais importantes e engajados artistas brasileiros: Luiz Gonzaga do Nascimento Junior, o Gonzaguinha (1945 a 1991). Filho do Rei do Baião, Luiz Gonzaga, Gonzaguinha trilhou na música brasileira um caminho diferente do pai. Criado no morro de São Carlos, no Rio de Janeiro, o cantor e compositor que iniciou sua brilhante carreira no MAU (Movimento Artístico Universitário), nos idos de 1970, foi notabilizado como o "cantor rancor". É autor de inúmeras canções de protesto contra o regime militar.

Por sua postura ativa e absolutamente crítica, Gonzaguinha teve mais de 54 composições censuradas pelo regime. Uma delas, "Comportamento Geral", foi seu primeiro grande sucesso: "Você deve notar que não tem mais tutu, e dizer que não está preocupado. Você deve lutar pela xepa da feira e dizer que está recompensado... Você deve aprender a baixar a cabeça e dizer sempre: muito obrigado. São

palavras que ainda te deixam dizer, por ser homem bem disciplinado... Você merece, você merece. Tudo vai bem, tudo legal. Cerveja, samba e amanhã seu Zé. Se acabarem com seu carnaval".

No final da ditadura, Gonzaguinha dá uma virada na carreira e começa a compor canções que ficaram célebres nas vozes de Elis Regina, Maria Bethânia, Fagner, entre outros. "Começaria tudo outra vez", "Explode coração", "Grito de alerta" e "Maravilha, é", dentre outras, embalam o cancionário popular e continuam até os dias de hoje como sucesso espetacular.

Crítico feroz do tratamento que as gravadoras e empresários davam aos artistas brasileiros, o artista resolveu no início da década de 1980 romper com o esquema e montar seu próprio selo, Moleque, onde gravou seus últimos trabalhos.


Gonzaguinha foi um militante da luta contra a ditadura e um entusiasta da democracia. Participou de inúmeras campanhas e movimentos reivindicatórios e da luta pela anistia. Apresentou-se inúmeras vezes nos festivais da "Voz da Unidade", jornal do antigo PCB, vinculando-se posterior-

mente aos novos ares trazidos à esquerda brasileira pelo movimento operário do ABC paulista e ao Partido dos Trabalhadores.

Desiludido com a perda de áreas livres e pela excessiva urbanização e proliferação do trânsito no Rio, Gonzaguinha decidiu morar em Belo Horizonte. Pouco antes do fatídico acidente que o vitimou, juntou-se ao pai, Gonzagão, em uma série de shows pelo Brasil que rendeu a edição de um álbum duplo "Vida de viajante". O show marcou o fim das diferenças entre pai e filho, motivadas por percepções distintas da política, já que Luiz Gonzaga, de espírito conservador, incomodava-se com as posições de esquerda do filho.

Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, o "moleque" Gonzaguinha nos deixou aos 45 anos de idade e no auge da carreira. "Era uma vez eu no meio da vida. Essa coisa assim, tanto mar. Coisa de doce e de sal, essa vida assim, tanto mar... A vida, vida, vida que seja do jeito que for. Mar, amar, amor. Se a dor quer o mar dessa dor. Quero meu peito repleto de tudo que eu possa abraçar".

Ah, Gonzaguinha... Que falta você nos faz! •



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

24 JULHO VAI TER MAIS

FORA, BOLSONARO!

**VENHA PRA LUTA
EM TODO O BRASIL**

SIGA AS NOSSAS REDES SOCIAIS

INSTAGRAM: @FORABOLSONARONACIONAL

TWITTER: @FORABOLSONARONA

**FORA
BOLSONARO**